

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**

**VICENTE ROSA GUALBERTO DA SILVA**

**QUANDO A ESCOLA É UMA TRAGÉDIA NA VIDA DE  
ALGUÉM: ESTRATÉGIAS E SOBREVIVÊNCIAS DE  
TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO AMBIENTE ESCOLAR**

**CURITIBA**

**2023**

**VICENTE ROSA GUALBERTO DA SILVA**

**QUANDO A ESCOLA É UMA TRAGÉDIA NA VIDA DE  
ALGUÉM: ESTRATÉGIAS E SOBREVIVÊNCIAS DE  
TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO AMBIENTE ESCOLAR**

**When School Is a Tragedy in Someone's Life : Strategies and Survivals  
of Transvestites and Transsexuals in the School Environment**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Tecnologia e Trabalho do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de Concentração: Tecnologia e Trabalho.

Orientadora:  
Profa. Andrea Maila Voss

**CURITIBA**

**2023**



4.0 Internacional

Esta licença permite compartilhamento, remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



Ministério da educação  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Campus Curitiba



VICENTE ROSA GUALBERTO DA SILVA

### **Quando A Escola É Uma Tragédia Na Vida De Alguém:**

**Estratégias E Sobrevivências De Travestis E Transexuais No Ambiente Escolar**

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Tecnologia e Trabalho.

Data de aprovação: 29 de Junho de 2023

Dra. Andrea Maila Voss, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Megg Rayara Gomes de Oliveira, Doutorado - Universidade Federal do Paraná

Dra. Nanci da Stancki da Luz, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 05/10/2024.

A todes que vieram antes de mim e me permitiram ser quem sou hoje. A quem não resistiu, segue resistindo e irá se juntar a nós: são vocês que me inspiram todos os dias!

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar agradecendo à minha família. Minha mãe, Marcia, e meu pai, Edemar, pelo amor e apoio. À minha avó, Teresinha, por me incentivar a sempre estudar mais. Aos meus irmãos, Lucas e Daniel, pelas risadas e bobagens.

Ao meu companheiro, Francisco, pela compreensão, carinho e motivação quando nem eu sabia o que estava fazendo.

Aos meus colegas Otávio, Bárbara, Jennifer e Leandro. As risadas, momentos de desespero coletivo e desabafo fizeram a experiência de aulas à distância ser muito mais divertida por ter vocês comigo!

Às minhas amigas Ana, Isadora, Karen, Karina e Vitória por dividirem a vida, as coisas boas e ruins comigo.

Ao meu psicólogo, Gustavo, que me acompanha e escuta com tanto afeto há tantos anos.

Agradeço à minha orientadora Profa. Dra. Andrea, por todos os “você vai conseguir”, sabedoria e carinho. Enfim, conseguimos!

Agradeço à UTFPR pela oportunidade de elaborar essa dissertação com bolsa de estudos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001.

Qualquer dia vou despir-me da luta  
pisar em coisas brutas, sem me  
arrepender  
tão difícil ver a vida assassinada  
quando estamos já tontos pra tentar  
sobreviver.  
As perguntas sem respostas, sem  
nada,  
as vidas curtas e desamparadas  
o último grito que não foi ouvido  
calaram mais um homem iludido.  
E no mundo não dão mais argumentos  
pra fugir aos lamentos  
de quem falece.  
Para esses, não há mais compreensão,  
Não há mais permissão, para que se  
tropece.

(Herzer, 1982)

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar quais as estratégias desenvolvidas por homens transexuais do ensino fundamental e médio para permanecerem no ambiente escolar. Os objetivos específicos, por sua vez, foram de explorar quais os desafios encontrados por sujeitos durante esse período e qual o acolhimento encontrado lá. A pesquisa ocorreu com os seguintes passos: revisão bibliográfica para o levantamento de categorias para orientar as entrevistas, relacionando com os temas de gênero, sexo e sexualidade; pesquisa de campo, para aproximar o pesquisador dos seus colaborados, através de entrevistas semi-estruturadas, com um roteiro pré-estabelecido e flexível, na qual se procura investigar como o ambiente escolar era receptivo com os participantes, e como isso repercutiu em desafios para permanecer nesse local; análise dos dados, que se deu por um diálogo entre os conhecimentos advindos da revisão de literatura, e as situações e estratégias mais relatadas nessas, por meio da elaboração de categorias de análise. Com isso, obtiveram-se como conclusões da pesquisa demonstrou como a cisheteronormatividade se torna uma forma de controle social de pessoas trans, e como isso delimitou o espaço social no qual sua estadia é aceita e encorajada.

Palavras-chave: gênero; homem trans; educação; exclusão escolar; transmasculinidade.

## **ABSTRACT**

The present study's objective is to analyze which strategies transexual men as Middle Grade and High School students developed to stay in school. The specific objectives were to explore which challenges they faced during this period, and how was the reception found there. The research happened in the following steps: literature review for the assessment of categories which guided the interviews and through which they were analyzed, regarding the themes of gender, sex, and sexuality; field research, for the researcher to get closer to their collaborators, with semi-structured interviews, a pre-established and flexible script, which tried to investigate how the school environment was receptive to the participants, and how this shaped out challenges to stay in school; data analysis, that occurred through an exchange between the knowledge acquired through the literature review and the situations and strategies most referred to during the interviews, by means of elaborating the categories for analysis. With these steps, the results of this research were to demonstrate how cisheteronormativity becomes a way of social control of trans people, and how that limits the social spaces in which their stay is accepted and welcomed.

Keywords: gender; trans man; education; school exclusion; transmasculinity.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>1.1</b>	<b>Percurso pessoal</b>	<b>10</b>
<b>1.2</b>	<b>Construindo os conceitos</b>	<b>12</b>
<b>1.3</b>	<b>Construindo os argumentos</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>MASCULINIDADES</b>	<b>19</b>
<b>2.1</b>	<b>Gêneros através da história</b>	<b>19</b>
<b>2.2</b>	<b>Masculinidades hegemônicas</b>	<b>25</b>
<b>2.3</b>	<b>Transmasculinidades</b>	<b>28</b>
<b>3</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO</b>	<b>31</b>
<b>3.1</b>	<b>Metodologia de análise de dados</b>	<b>32</b>
<b>3.2</b>	<b>Categorias de análise</b>	<b>34</b>
3.2.1	Redes de apoio	34
3.2.2	Receptividade no ambiente escolar	34
3.2.3	Desafios enfrentados	34
<b>3.3</b>	<b>Perfis dos entrevistados</b>	<b>35</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS</b>	<b>37</b>
<b>4.1</b>	<b>Redes de apoio social</b>	<b>37</b>
<b>4.2</b>	<b>Receptividade no ambiente escolar</b>	<b>40</b>
<b>4.3</b>	<b>Desafios enfrentados</b>	<b>45</b>
<b>4.4</b>	<b>Estratégias desenvolvidas</b>	<b>48</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>51</b>
	<b>Referências</b>	<b>55</b>
	<b>APÊNDICE A - Roteiro da entrevista</b>	<b>61</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Início esse texto afirmando que o pesquisador é transexual, que foi designado mulher ao nascer, e que deve ser tratado com pronomes masculinos (ele/dele) ou neutros (elu/delu). Com isso em mente, seguimos em frente. O presente trabalho é fruto de um processo longo de pesquisa e (auto)reflexão ao qual o autor se dedicou através da pandemia de Covid-19 e o resultante isolamento social. Assim, antes de traçar o percurso feito na pesquisa, faz-se necessário uma breve introdução do que será discutido na pesquisa. Primeiro, explorei como cheguei ao tema da pesquisa. Em seguida, os conceitos utilizados, para que se tenha um alinhamento do que quero dizer quando falo sobre gênero e sexo, e também os argumentos sobre a relevância do trabalho. Em seguida, foi debatido sobre a historicidade dos gêneros e das masculinidades, especificando esse processo também para homens trans. Esses conceitos foram utilizados como base na metodologia para se efetuar e analisar as entrevistas. Por último, há as considerações finais e próximos passos. Dito isso, passemos para a próxima etapa.

### 1.1 Percurso pessoal

A transexualidade é um tema pelo qual tenho interesse há alguns anos. Mesmo antes de questionar quem eu sou e gostaria de ser, já lia e me interessava pelo assunto desde a adolescência. Em algumas redes sociais, acompanhava o processo de transição social/hormonal e discussões feministas relativas à 'gênero', 'sexo' e 'sexualidade'. Porém, nesse período, considerava que o interesse era apenas para entender outras vidas diferentes da minha, não de alguém que vive esse processo. Apenas em 2015 (com 21-22 anos), no segundo ano da faculdade de Psicologia da UFPR, que realmente comecei a questionar vários dos pressupostos que levei durante a vida. Nesse ambiente seguro e acolhedor, proporcionado pelos colegas de curso e algumas/ns professoras/es<sup>1</sup>, comecei a pensar se tudo o que afirmavam que eu era, ou que eu 'deveria ser', era o

---

<sup>1</sup> Para não cair no machismo padrão da língua portuguesa, na qual o plural que inclui todos os gêneros é o masculino, o pesquisador optou por sempre flexionar as palavras tanto no feminino quanto no masculino, além de utilizar sempre que possível termos neutros (pessoas, participantes, indivíduos, etc.).

que realmente ansiava para meu futuro? Eu almejava ser mulher, ser mãe, ser uma psicóloga?

Na época, não havia mais estudantes travestis ou transexuais<sup>2</sup> no curso. Essa falta de referências causou muitas instabilidades, por não conseguir compartilhar com alguém que já havia experienciado algo assim. A falta de referências em quem me espelhar também foi motivo de angústias. Mesmo com o apoio de meus colegas mais próximos, essa foi uma terrível lacuna de gêneros possíveis. Ser incapaz de imaginar e visualizar minha vida futura como mulher foi a gota d'água para perceber que sou transexual. Esse é um momento decisivo para o interesse pelo tema, uma vez que sinto a necessidade de estudar a população a qual pertença, uma visão de nós por nós mesmos.

Por esses motivos, já na graduação de psicologia, iniciei meus estudos sobre gênero, sexo e sexualidade. Além da participação em coletivos e construção de espaços para suscitar tais debates, realizei minha monografia sobre a visão da transexualidade como patologia e suas possíveis origens.

Ao longo desses estudos, percebi a falta de pessoas trans no ensino superior e como referências em pesquisas, uma vez que apenas 0,2% dos estudantes de ensino superior são transexuais (Andifes 2018). É assim que começo a indagar sobre a baixa escolarização de travestis e transexuais e quais os motivos que levam a isso.

Com esse tema em mente, selecionei a Universidade Tecnológica Federal do Paraná para realizar essa pesquisa. Por ser um Programa de Pós-graduação interdisciplinar, possibilitaria discussões que enriqueceriam minha trajetória acadêmica e futura atuação como docente.

Ao se propor a discutir trabalho, a docência se encaixa nessa categoria, e a presente pesquisa elabora como exercer essa profissão não é algo neutro, mas que impacta diretamente a vida de estudantes. As agressões sofridas pelos entrevistados demonstram como pesquisar e aprofundar sobre essas vivências segue fundamental para a permanência, ou não, de estudantes trans no ambiente escolar. O direito aos estudos é assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), no Artigo 53, lei número 8.069. Esta afirma que “a criança e ao adolescente têm direito à educação,

---

<sup>2</sup> Transexualidade é o fato de não ser do gênero designado ao nascer, com uma miríade de possibilidades de existências. Utilizo aqui tanto travestis e transexuais pelo fato de travesti ser um termo político (Nascimento, 2021), mais do que uma diferenciação de gênero entre essas e mulheres transexuais.

visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”, além de ser necessário garantir sua “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (ECA, 1990). Isso inclui o respeito ao uso do nome social, que é o pelo qual travestis e transexuais preferem ser chamados (SUED/SEED, 2017), além do tratamento com os pronomes corretos (ela para uma travesti e ele para um homem trans, por exemplo).

Dessa forma, a presente pesquisa tem como pergunta quais estratégias homens transexuais se utilizam para permanecer no ambiente escolar? Ainda, tem como objetivos específicos explorar o acolhimento que receberam esse ambiente e quais os desafios enfrentados. Nesse trajeto buscou-se sempre dar prestígio às vozes dos próprios indivíduos.

A opção pela linha Tecnologia e Trabalho se deu por conta de o trabalho abarcar algumas áreas do conhecimento contempladas pela linha: psicologia, educação e gênero. Este trabalho também é um diálogo com professores, que atuam ou irão atuar em salas de aula com uma diversidade de alunas e alunos. O contato com docentes e estudantes de diferentes formações é algo que prezo para minha pós-graduação, por isso também a escolha da linha TT.

A professora Andrea foi escolhida como orientadora por ser uma pessoa com experiência em estudos de gênero, crítica à cisheteronormatividade, disposta a trabalhar com o tema de transexualidade e que me tratou desde sempre com meus nomes e pronomes corretos.

Durante o desenvolvimento da dissertação, o pesquisador também participou do Núcleo de Gênero e Tecnologia da UTFPR, o que expandiu as referências sobre gênero, em conjunto com eventos, palestras e congressos.

## **1.2 Construindo os conceitos**

Para melhor compreensão do que se pretende discutir nesta dissertação, é importante delinear o que se quer dizer quando nos utilizamos de alguns conceitos. Uma vez que há entendimentos múltiplos e variados desses, é importante apresentar a compreensão que será utilizada ao longo do texto.

Há muitas explicações, inclusive conflitantes, sobre o que é sexo, gênero, sexualidade e ser LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais). Por conta disso, vou

começar do começo e delimitar cada um desses conceitos, para que haja uma melhor compreensão do que os pesquisadores se referem quando os utilizam.

Começemos, então, por gênero. Neste trabalho não utilizarei uma compreensão biologizante e naturalizante do que são os gêneros, ao contrário. O que é ser homem ou mulher, as atribuições femininas e masculinas variam enormemente a depender do período histórico e da cultura a qual analisamos.

Como tais conceitos no senso comum são geralmente confundidos e dados como sinônimos, é preciso explicá-los mais detalhadamente. O que é compreendido como sexo biológico e gênero ocorre através de uma construção histórica e social, assim como o gênero. É por conta disso que Leticia Nascimento (2021) explicou que não podemos nos limitar a entender sexo como estritamente biológico, uma vez que os parâmetros para esses entendimentos são alterados de acordo com a história.

Para ilustrar isso, tomo como exemplo um bebê com uma vagina, que, ainda na gestação, é considerado uma menina por conta disso. Seguindo o exemplo, se durante a vida essa pessoa se apresentar como mulher, será uma mulher cisgênero (alinhado com o gênero designado ao nascer). Caso a pessoa não seja pertencente a essa designação e procure mudar como se apresenta, essa será transexual (diferente do gênero designado ao nascer).

Para Paul Preciado (2018), dar visibilidade ao corpo é invariavelmente encaixá-lo em um gênero feminino ou masculino, uma vez que através de categorias empíricas (cromossomos, genitais) são apresentados como verdades científicas irrefutáveis. O sexo, assim, é o que se vê, enquanto o gênero está em uma esfera intangível e metafísica, sem um correspondente necessariamente na corporalidade. O sentir-se homem ou mulher, para o autor, passa a uma esfera subjetiva, com atribuições como “estéticas de gênero, códigos normativos de reconhecimento visual, convicções psicológicas invisíveis que levam o sujeito a se afirmar como masculino ou feminino, como homem ou mulher, como heterossexual ou homossexual, como cis ou trans” (p.112). Todavia, essas categorias são ambas criações, a diferença é que em uma há o respaldo somático, mensurável no corpo, e na outra não. Dessa forma, os papéis de gênero são criados artificialmente (PRECIADO, 2018).

De acordo com Viviane Vergueiro Simakawa (2015), a cisgeneridade é essencial para se analisar as identidades de gênero e as corporeidades, pois elas são essencializadas e tidas como naturais das normativas de gênero. Esse modelo, assim,

exerce a dominação sobre identidades e identificações de gênero, delimitando o que é possível e considerado normativo. A cisnormatividade, desse modo, deslegitima a possibilidade de se existirem identidades de gênero e corpos que questionem essas normas (SIMAKAWA, 2015).

Como aponta Nascimento (2021), não há uma dicotomia entre sexo e gênero, uma vez que ambos são construídos socialmente ao mesmo tempo. Ainda, a autora ressalta que separar os dois é um dilema que o movimento feminista teve dificuldade de superar ao longo dos anos. Ao colocar a categoria sexo como biológica, presume-se que a natureza seja imutável, e, dessa forma, intransponível.

Através da história, culturas e sociedades, construímos o entendimento de sexualidade e de gênero. Por conta disso, encontramos diferentes gêneros, sexualidades e expressões de gênero nos diferentes países e povos ao longo do tempo. Ser heterossexual e cisgênero não são inerentes ao ser humano, e, portanto, não deve ser tratado como natural.

Pessoas com as mais variadas sexualidades e gêneros existiram, existem e sempre existirão, sob diferentes denominações e categorias. Um exemplo são as pessoas “dois espíritos”, presentes em povos originários como os Ojibwe, nação que habita a fronteira centro-oeste entre os Estados Unidos com o Canadá. Indígenas dois-espíritos não são homens ou mulheres, mas um terceiro gênero, e assumem a posição social que desejarem (KER, 2020).

Atualmente utilizam-se os termos gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), entre outros, para designar as pessoas que não se limitam no padrão normativo. As primeiras letras (LGB) referem-se à atração sexual e afetiva, sendo para o outro gênero (lésbicas e gays) ou para o seu gênero e outros (bissexuais). A letra T, por sua vez, refere-se às travestis e transexuais, pessoas que não pertencem ao gênero designado ao nascer.

Como apontam Mario Carvalho e Sergio Carrara (2013), o termo transgênero foi “importado” dos Estados Unidos e Europa um tanto quanto como uma imposição para unificar as lutas LGBT do mundo. As pessoas do movimento LGBT brasileiro à época rejeitaram por considerarem uma imposição do movimento trans desses países, e é por conta disso que no Brasil utiliza-se mais o termo transexual (CARVALHO E CARRARA, 2013). Há ainda hoje quem prefira transexual ou transgênero, sendo ambos utilizados tanto em pesquisas acadêmicas quanto para a autodescrição (MATEO BER-

NARDINO, 2020), sendo trans o “guarda-chuva” para travesti, transexual e transgênero (NASCIMENTO, 2021).

A partir dessas designações de sexo e gênero, constroem-se várias expectativas e suposições para o indivíduo. Rafael Toitio (2015) apontou como o modo de viver e pensar o desejo (sexualidade), o corpo, e o sexo, ocorre através do viés de que o padrão (obrigatório) é o heterossexual. É também o padrão para medir todas as outras expressões da sexualidade.

Além desse controle, há a regulamentação da sexualidade com o que é aceitável ou não, perseguido e até exterminado (TOITIO, 2015). Os indivíduos, assim, são ensinados que há um padrão normal (cisgênero e heterossexual), e o que desvia disso é “errado” e “anormal”, considerados dissidentes de gênero.

Uma das críticas a esse sistema sexo/gênero vem de Judith Butler (2003), ao definir gênero como performatividade. De acordo com Butler, o gênero é uma fantasia que é criada pelo indivíduo e por ele mesmo imposta, além de ser criada e imposta por outros. As pessoas são levadas a assumir as características e posições sociais de um dos gêneros binários, homem ou mulher, e, mesmo com a dissidência desses padrões, os reproduzimos em nossas performatividades (BUTLER, 2018). Não se trata de estabelecer uma nova normatividade, mas abrir espaços públicos e privados seguros para as pessoas expressarem seu gênero (BUTLER, 2018).

Assim, a classe dominante que rege a sociedade define quais seres humanos são dignos ou não, aceitáveis ou não, e, conseqüentemente, quais estarão em situação de vulnerabilidade social, sujeitos a violências, assédios e precariedade. Quando o gênero é reconhecido socialmente, ele torna-se vivível, mesmo que para alcançá-lo tenha-se que abrir mão de aspectos de quem são (BUTLER, 2018). Ou seja, reproduzir esses padrões traz reafirmações de um suposto essencialismo de gênero, enquanto transgredir gera punições. Por este motivo há tamanha importância de alcançar o reconhecimento social, o que, por sua vez, reforça o padrão, tornando tudo o que foge ao padrão como abjeto (BUTLER, 2018).

Com seu Manifesto contrassexual (2014), Preciado lança críticas ferrenhas ao modelo sexo/gênero e à perspectiva de uma “essência” feminina e masculina. Preciado define o objeto da contrassexualidade como o “estudo das transformações tecnológicas dos corpos sexuados e generalizados” (PRECIADO, 2014, p.24). Trata-se de reutilizar e situar novamente as construções sociais e psicológicas de gênero em um campo



tecnológico mais abrangente (PRECIADO, 2014).

Em seu texto, o autor também cita e critica o conceito de performatividade de Butler, ao definir o conceito de gênero. Ele afirma que gênero não é apenas performático, mas está inserido na materialidade dos corpos, simultaneamente construído e orgânico (PRECIADO, 2014). Ainda, afirma que há falhas no gênero e essas são intrínsecas à máquina por ser um ideal inalcançável, que deve ser constantemente renaturalizado, e os desvios dessa norma são tidos como perversão que reafirmam as regras naturais. Essa máquina é recente, surgindo da mesma época que o sistema de produção capitalista e da produção industrial do objeto, de acordo com Preciado (2014).

De posse desses termos e entendimentos, agora é importante entender a relevância da pesquisa. Por conta disso, a seção seguinte trata de elaborar isso.

### **1.3 Construindo os argumentos**

O movimento LGBT não é recente no Brasil, com grupos como a Associação Travestis e Liberados (ASTRAL) sendo fundada em 1992 com o objetivo de melhor articular ações políticas nacionalmente e de acesso a saúde pública, além de ser uma resposta ao aumento da violência contra travestis e transexuais à época (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, 2018). Desde então houve marcos importantes, como o Projeto Tulipa, com o intuito de localizar e capacitar novas lideranças para lutarem pela garantia de direitos à população trans e travesti. A campanha “Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos”, se destaca por ter sido elaborada por militantes travestis e transexuais da ANTRA em conjunto com o governo federal. Essa foi lançada originalmente no dia 29 de janeiro, data celebrada a partir de então como o dia nacional da visibilidade trans (ANTRA, 2018).

Mesmo com essa mobilização de pessoas trans de longa data, nem todas as pessoas dentro da sigla são vistas e tratadas da mesma forma. Como aponta Megg Rayara Gomes de Oliveira (2019), há uma higienização da população LGBT, sendo gays e lésbicas brancos, de classe média e cisgêneros os mais visíveis e tidos como a forma “aceitável” de ser LGBT. Nascimento (2021) aponta como também se tenta construir essa imagem dentro do movimento feminista, à custa das mulheres trans.

Travestis e transexuais, historicamente, foram associadas à criminalidade e à prostituição (CARVALHO E CARRARA, 2013). Esses indivíduos também são os que

mais sofrem violências na sociedade. Os relatórios anuais da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2021) e do Grupo Gay da Bahia (2020) demonstram como a maior parte dos assassinatos contra LGBTs são de pessoas trans, especialmente mulheres trans negras. Também é o grupo mais precarizado no mundo do trabalho, com um grande contingente na prostituição ou subempregos como telemarketing, por exemplo (TOITIO, 2015). Estima-se que 90% das travestis e transexuais brasileiras estejam na prostituição (ANTRA, 2021).

Essa situação de vulnerabilidade social é agravada pela baixa escolarização das pessoas trans. O ensino no Brasil apresenta taxas de desistência alarmantes: de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 50 milhões de pessoas entre 14 e 29 anos não concluíram alguma etapa da educação básica (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022). A taxa de abandono é de 18,3%, incluindo também quem nunca frequentou a escola (IBGE, 2022). Apenas 1,8 milhão dos 3,6 milhões de estudantes matriculados no ensino médio irá concluir esse grau (SILVA FILHO E ARAÚJO, 2017). O país possui ainda a menor média de anos passados estudando. São 8,1 anos, contra 10,9 anos no Chile (líder do ranking na América Latina), de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Pnud (2022).

Em uma pesquisa realizada em Belo Horizonte com travestis e transexuais, 59,4% estudaram até o Ensino Médio (FAUSTO DELPHINO SCOTE, 2017), sendo que, das(os) entrevistadas(os), apenas 2,2% possuíam Ensino Superior completo. Outros dados coletados na mesma cidade apontam que 91,3% das travestis que ali habitam não havia concluído o ensino médio (RIBEIRO, 2016). Essa baixíssima taxa de permanência na escola pode ser um dos fatores que contribui para uma marginalização ainda maior entre pessoas trans (TOITIO, 2015).

Sendo assim, o problema é entender o que leva travestis e transexuais a não acessarem seu direito à educação, sendo expulsas do processo de escolarização. Por que as pessoas trans não reconhecem a escola como um local seguro, de reconhecimento e acolhimento?

Além dos trabalhos já citados, nesta pesquisa pretende-se ampliar esses referenciais através de uma revisão de literatura, para complementar dados e apontamentos sobre a situação de pessoas trans no Brasil nos trabalhos de Freitas (2019), Franco e Cicillini (2015), Santos (2010), Andrade (2012) e Gomes Filho (2020) e Favero (2020).

Tais estudos apontam como a maioria das pessoas trans não é acolhida no

ambiente escolar. Andrade (2012) aponta como o sofrimento psíquico de alunas travestis foi tão intenso no seu processo de escolarização que este foi interrompido. Porém, a narrativa que permanece é a de que a decisão de abandono foi da aluna, e faz com que não se responsabilize a instituição pela evasão e fracasso escolar (ANDRADE, 2012).

Apesar de não haver dados de levantamentos nacionais sobre a população LGBT, estima-se que 1,9% da população brasileira seja trans, com uma expectativa de vida de 35 anos e apenas 0,2% estando no ensino superior (Centro de Estudos em Cultura Contemporânea, 2021). Isso demonstra como a marginalização, violência e rejeição social ainda são a norma para a população LGBT no geral, porém mais intensificadas para as pessoas trans, e especialmente para as travestis pretas e pardas.

Desse modo, pretende-se investigar melhor esse ambiente escolar e social de exclusão e negação da identidade de gênero do indivíduo, além de buscar compreender a extensão desse acolhimento (ou falta de). Isso irá se somar aos outros trabalhos que também discutem essa temática, enriquecendo com mais perspectivas sobre o assunto.

Já existem apontamentos como o de Oliveira (2020), na qual, em sua infância, o monitoramento de adultos e outras crianças influenciava no modo como a autora se entendia. Os entrevistados em sua pesquisa também relataram esconder ou mudar partes de si e interesses pessoais por serem entendidos como negativos ou algo a se envergonhar (OLIVEIRA, 2020).

Dada essa introdução, os capítulos seguintes tratam do percurso metodológico desenvolvido, com a metodologia utilizada, as categorias de análise levantadas e o perfil dos entrevistados. Em seguida, é feita a análise dos dados, pelas categorias redes de apoio social, receptividade no ambiente escolar, desafios enfrentados e estratégias desenvolvidas. Por último, apresentou-se as reflexões finais sobre o processo, objetivos e resultados.

## 2 MASCULINIDADES

O presente capítulo explora como o gênero, em específico suas expressões masculinas, são esperadas e interpretadas socialmente. Inicialmente apresenta-se como os gêneros são desenvolvidos historicamente, uma vez que se compreendeu como necessário deixar explícitas as origens sociais e culturais dessa construção. Em seguida, há uma diferenciação entre o que são as masculinidades socialmente esperadas e o que é vivido por indivíduos transmasculinos, em razão de serem vivências diferenciadas. Assim, será feita uma análise separada de cada construção de masculinidades.

### 2.1 Gêneros através da história

Mudanças através da história nos levam a enxergar de outra forma comportamentos considerados “desviantes”, ou seja, que fogem ao padrão do que é considerado normal. A colonialidade é um dos fatores também levado em consideração quando se pretende entender esses padrões.

Raewyn Connell (2014) explicou como se deve falar na colonialidade de gênero, mais precisamente do que na globalização desse. A colonização destruiu os modos de vida indígena, impondo o modo de vida colonial, com novas formas de poder através do Estado colonial. Essas formas eram geralmente instituídas com muita violência.

Por exemplo, em muitos países do continente africano na era pré-colonial a homossexualidade e casamentos entre pessoas do mesmo gênero eram comuns. Todavia, com a colonização e a imposição da moral cristã, tais comportamentos foram demonizados, e hoje muitos países ainda apresentam leis anti-LGBTs (ALIMI, 2015).

Esse processo não apagou as relações de gênero existentes pelos povos indígenas colonizados, mas foram utilizados para formular novas masculinidades nos locais colonizados. Não houve apenas uma transfusão do patriarcado europeu (Connell, 2014), o que será aprofundado em outro capítulo.

Sendo assim, a categoria gênero é resultado de um processo histórico e social. As nuances do que é ser mulher, homem ou não se sentir pertencente a essas categorias não são “naturais” ao ser humano. Algumas pesquisas relativas aos gêneros naturalizam a passividade, delicadeza e fraqueza da mulher em relação à dominância, agressividade e força masculinas (LOYOLA, 2003).

Contudo, o movimento de se considerar pessoas transexuais e travestis como doentes e “desviantes” de uma norma social é apenas uma continuação desse fenômeno acerca da sexualidade (RITA ALCAIRE, 2015). A autora cita como a homossexualidade foi considerada um distúrbio psiquiátrico em manuais diagnósticos até 1973, com a retirada da categoria do Manual Diagnóstico e Estatístico de Distúrbios Mentais (DSM) pela Associação Americana de Psiquiatria (APA). Isso ocorreu após pressões dos movimentos sociais, principalmente LGBT, para que a diversidade sexual não fosse considerada desviante (ALCAIRE, 2015). Por ser baseado na intolerância à diversidade humana, carregar o peso do estigma de um diagnóstico e patologizar o que se considera sentimentos e comportamentos comuns, os diagnósticos serviram para oprimir a não conformidade sexual e de gênero, e não deixar que a autodeterminação seja uma possibilidade para a população trans (ALCAIRE, 2015).

Para melhor compreender esse contexto histórico e como a sexualidade foi tratada, Michel Foucault, em sua obra “História da sexualidade” (1984), é uma referência importante para as sociedades europeias e para as colonizadas por elas. Ao tratar de como a sociedade capitalista, através principalmente do discurso cerceado reprimirá e influenciará o modo como os indivíduos tratam questões referentes ao sexo e à sexualidade. O autor explica como houve mudanças importantes na sociedade partir do século XVII, com o que era considerado socialmente aceitável sendo modificado através do discurso e do silêncio em relação a questões como a sexualidade (FOUCAULT, 1984). O sexo que não tivesse fins reprodutivos, em ambientes privados, entre um casal, é considerado como um “desvio” das ordens naturais. Sodomia, sexualidade na infância, masturbação, etc., são vistos a partir dessa época como algo errado e imoral e que deveria ser punido e controlado.

Para o autor (1984), a moral da sociedade burguesa tolera expressões desviantes se estão marginalizadas e/ou gerando lucros (prostituição, cabarés, bares, etc.). Para Foucault (1984), a Era da Repressão se inicia, sem coincidência, com o surgimento do capitalismo, ao reprimir aspectos que possam interferir na produção e minimamente permitidos na reprodução da força de trabalho. Ou seja, o único foco de gasto de energia para os trabalhadores seria a produção, e a expressão da sexualidade seria apenas para dar continuidade à força de trabalho.

Questionar essa ordem social de silêncio em relação à sexualidade era considerado uma transgressão, porém Foucault (1984) considera que eram ações pontuais

contra essa repressão. Não havia um movimento organizado para se lutar contra esse sigilo imposto, e mudanças sociais em relação a isso não eram entendidas pelas pessoas como algo possível na sociedade do século XVIII. De acordo com Foucault (1984), o discurso nesse momento é dominado por essa lógica, sendo algo moralizante que organizaria o modo como o sexo é discutido e reprimido. Assim, Foucault (1984, p.13) esclarece que o objetivo da análise sobre tal temática não é de se chegar a uma verdade sobre o sexo ou não, mas de “revelar a vontade de saber que lhe serve ao mesmo tempo de suporte e instrumento”. Através da moral cristã, Foucault (1984) afirma ser através de confissões, longamente descritivas e frequentes, que se controlará como a sexualidade é expressada e sentida.

No século XVIII, a sexualidade torna-se questão da polícia, sendo o Estado quem vigiará a vida sexual de seus cidadãos. Ou seja, se trata de um aumento organizado das forças coletivas e individuais a fim de regular o sexo através de um discurso público e útil, e não necessariamente por leis ou proibições de atos. Foucault (1984) afirma ainda que nesse período a população surge como uma categoria política a ser analisada, com questões de mão de obra, habitação e natalidade levantadas e pensadas por meio de políticas públicas. Com a questão da natalidade surgem análises sobre controle populacional e seus hábitos sexuais, com foco em controlar a taxa de natalidade da população.

Para Nunes (2006; 2007), a sexualidade era rigorosamente controlada através da reprodução, tendo apenas essa finalidade, uma vez que o sistema capitalista emergente necessitava de mão de obra barata e em abundância. Desse modo, a homossexualidade continuou sendo ameaçada, uma vez que entrou em conflito com o funcionamento da família patriarcal (OKITA, 2007).

Após esse período, entre os séculos XVIII e XIX, multiplicam-se os discursos que irão ditar a sexualidade na sociedade ocidental. Entre eles estão o da medicina e das leis jurídicas, as quais tratavam dos casos como desvios da ordem natural. Ainda, a psiquiatria inicia seu domínio sobre questões de “perversões sexuais” (FOUCAULT, 1984).

Tal diversificação dos discursos ocorre também para outras instituições como na demografia, na biologia, na psicologia, na moral, na crítica política. Essas novas áreas representam, de acordo com Foucault (1984), uma pluralidade de discursos que reforçam o que era dito anteriormente e continuam a regulação pelo discurso cerceado.

Assim, volta-se para o controle de uma sexualidade que não seria necessariamente reprodutora da força de trabalho.

Aqui se fala muito de sexualidade, o que inclui também as expressões de gênero. De acordo com Monique Wittig (1980), o discurso que oprime homossexuais seria o de que a base para qualquer sociedade é a heterossexualidade. Ou seja, a heterossexualidade é imutável, sempre existiu e está presente em todas as culturas e sociedades através da história. Ainda, a autora explica que quando tais ideias são questionadas, o discurso dominante minimiza, ridiculariza e desacredita de quem sofre essa opressão como se isso não existisse (Wittig, 1980). Esse processo também ocorre científica e teoricamente.

Se expandirmos essa categoria, entendemos que a sexualidade e o gênero são regulados simultaneamente, um através do outro. O autor Toitio (2015) apontou como a hegemonia cisheterossexista constrói nossa sexualidade e a identidade de gênero. O autor se utilizou do conceito de hegemonia de Gramsci (2006) para explicar como a heterossexualidade é considerada o padrão a que iremos comparar todas as expressões de sexualidade e de gênero. Esse modelo de sexo/gênero e sexualidade são os únicos considerados “normais” e almejados.

Mesmo pessoas LGBTQs se utilizam desse entendimento hegemônico para se expressar e terem sua vivência, não estando alheios ao contexto da hegemonia cisheterossexista (Toitio, 2015).

Presente na teoria de Judith Butler (2003), é através dessa “matriz heterossexual”, desse padrão, que entendemos nossos gêneros, sexualidades e desejos. Esse entendimento também naturaliza o modo como nos relacionamos com o mundo. Ou seja, há um gênero e uma sexualidade “estáveis”, de acordo com os quais pensamos o que é considerado normal e superior hierarquicamente (Butler, 2003). É através disso também que entendemos e naturalizamos o binarismo de gênero (dois gêneros, o masculino e o feminino), tornando apenas essas expressões, a partir do sexo biológico, como legítimas. Esse conceito também abarca a necessidade da reprodução como o ideal a ser alcançado, além da questão de assimetria entre a expressão de masculino e feminino.

Dentro desse contexto, qualquer expressão que saia do binarismo heterossexual e cisgênero é considerada um desvio da norma. A título de exemplo, em 1910, como apontado por Pierre-Henry Castel (2001), o termo “transexual” foi utilizado pela primeira

vez pelo sexólogo polonês Magnus Hirschfeld no livro *Die Transvestiten*, publicado na Alemanha. Esse termo tinha como objetivo separar os “tipos” de homossexuais, entre eles, mas não exclusivo a esse grupo estavam os que praticavam o transvestismo (o que hoje entenderíamos como *cross dressing*).

Naquele primeiro momento, a princípio, não havia um movimento de se patologizar a transexualidade, mas de identificar e controlar através de leis e repressão (CASTEL, 2001). Há ainda na época o início dos estudos sobre como os hormônios influenciavam e suas determinações de dimorfismo homem e mulher (CASTEL, 2001).

Castel (2001) apontou também como a existência de pessoas intersexuais gerou outras questões, pois a identidade de gênero não seria baseada apenas nos genitais. Surge, então, uma série de estudos separando o sexo biológico da identidade de gênero. Esse primeiro movimento de estudos é de não patologizar quem é considerado um “desvio” do que é considerado normal.

Na década de 1950, há diferenciação entre o “fenômeno transexual” e as homossexualidades, de acordo com Castel (2001). Esse aponta tal momento histórico como de relevância por conta do caso da estadunidense Christine Jorgensen, uma das primeiras mulheres a passarem pela cirurgia de transgenitalização, realizada pelo endocrinologista dinamarquês Harry Hamburger em 1951. O caso foi amplamente divulgado na mídia e assim aumentou a demanda por essa cirurgia, com muitos estudos realizados por conta disso (CASTEL, 2001; ARÁN E MURTA, 2009).

É também nesse período que surgem parâmetros ‘científicos’ para avaliar qual o “verdadeiro transexual”, muitos com o discurso de rejeição prolongada dos órgãos genitais, para realizar a cirurgia de transgenitalização (tratamento recomendado por Harry Benjamin), entre outros procedimentos (CASTEL, 2001). Muitos desses parâmetros foram estabelecidos por Benjamin com a publicação de seu livro *O fenômeno transexual*, em 1966. Profissionais das áreas de psicanálise, psicologia e psiquiatria questionavam tais métodos, uma vez que Benjamin afirmava que outras intervenções eram desnecessárias ao não surtirem o mesmo efeito das intervenções cirúrgicas (CASTEL, 2001).

Percebe-se como a influência da medicina dentro da lógica colonialista começou a perpassar o entendimento social do que é “normal” e conseqüentemente aceitável nas diferentes expressões de sexualidade e gênero. Assim, a hegemonia cisheterossexista, apontada por Toitio (2015), são as “lentes” através das quais iremos nos enxergar e



interpreta todos os aspectos que tangem as questões de gênero.

As expressões de gênero que não estão compreendidas dentro dessa hegemonia são rechaçadas tratadas com violência. Nascimento (2021) demonstra como isso ocorre no Brasil desde a era colonial ao se lembrar de Xica Manicongo, a qual a autora considera a primeira travesti brasileira. Presa por não utilizar as vestimentas consideradas padrão para o sexo designado ao nascer, e também pelo crime de “vadiagem”. Ela passou por situações vexatórias por conta da moral colonialista cristã imposta no Brasil. Também questões de raça e classe estão envolvidas nesse caso (e até hoje), uma vez que Manicongo era uma congoleza escravizada.

Algum tempo depois do ocorrido, torna-se crime também vestir-se fora da norma cisheteronormativa no Brasil. Para a autora, isso é uma nítida “criminalização das transgeneridades e consequente não reconhecimento dessa experiência como humana” (Nascimento, 2021, p.49). Dessa forma, a transexualidade é vista e entendida como um crime e desvio desde os primórdios do Brasil colônia.

Até aqui, o pesquisador tratou de ambos os gêneros, uma vez que são construídos um em oposição ao outro. Helieth Saffioto (2011) afirmou que o gênero denomina uma construção social do que é feminino e masculino de acordo com atributos de personalidades, imagens, representações sociais e comportamentos específicos para cada um deles. Além disso, é também a caracterização de uma sociedade com compreensão binária, na qual tudo que o ser humano se apropria tem um gênero.

Como são fundamentais para a convivência na sociedade, as relações psicológicas de sexo não se baseiam apenas na família, mas ocupam todos os espaços sociais, dando destaque nesse caso para a dominação masculina (Carmen Rial, Mara de Souza Lago e Miriam Pillar Grossi, 2005). Esta dominação também está presente histórica-culturalmente na sociedade em que os indivíduos nascem, mas se concretiza ao ser produzida e reproduzida nas relações.

De acordo com Victor Hugo Brandão Meireles (2022), a dominação masculina branca se concretiza na divisão sexual do trabalho, que ocorre e é adaptada em cada sociedade. A divisão não é exclusiva da sociedade capitalista ocidental, mas nesta a dominação ocorre através da priorização dos homens nos espaços de produção de maior valor social.

O autor explicou que

“Em síntese, falar da categoria de sexo, é falar de relações sociais e

psicológicas, cuja historicidade é uma relação de hierarquização, de poder e de dominação entre os sexos.”(MEIRELES, 2022, p.178)

Dentro da lógica de dominação e hierarquização, Saffioti (2011) afirmou que o desvio é tudo aquilo que não é masculino, que é diferente (mulher, homossexualidade, transexualidade), sendo imposto à força e violência sobre todas as pessoas.

É importante se utilizar o gênero como uma categoria histórica e de análise, pois se pode compreender a regulação e dominação em todas as relações. Para Meireles (2022), é nessa construção que a dissidência se torna o que irá tensionar e desestabilizar “todas as ideologias normativas que prendem indivíduos em sistemas de controle, dominação e subordinação (p.180)”.

Na construção dessas dissidências, Nascimento (2021), citando Simone de Beauvoir (1970), entende que essa construção ocorre entre a mulher (branca) e o homem (branco). A autora afirma que aquela é o outro desse, e, nessa reciprocidade, humaniza-se e constrói (produz) a identidade de si enquanto mulher (2021). Esse processo vai além do biológico, pois não basta isso para ser mulher. A mulher negra, de acordo com Grada Kilomba (2008), porém, é o outro do outro, ao não ter reciprocidade com o homem branco nem negro, nem com a mulher branca. A negritude, para Kilomba, é um “não lugar” (2008).

Compreendendo que o masculino se constrói a partir do feminino, agora veremos especificamente os estudos que se debruçam sobre essas masculinidades.

## **2.2 Masculinidades hegemônicas**

Neste tópico, pretendeu-se discutir os estudos sobre masculinidades, como foram construídos e interpretados. Durante o texto foi utilizado no plural deliberadamente, o que será discutido adiante.

Connell (2014) é uma importante referência nos estudos sobre masculinidades atualmente. Sendo uma mulher trans, ela apresenta um olhar diferenciado em relação a um/a pesquisador/a cisgênero.

Em sua pesquisa sobre a construção das masculinidades, Connell (2014) apontou, através de bell hooks em Teoria feminista: da margem ao centro (2019), como a teoria feminista foi construída através de uma visão branca e do centro, necessitando

do ponto de vista da margem para ampliar seu alcance. Não são apenas as mulheres burguesas, assim, que devem dialogar sobre as pautas e teorias feministas.

O mundo vive nessa dicotomia de margem e centro, com a maior parte da população vivendo às margens. Ou seja, pertencem ao todo da sociedade, mas estão à parte do corpo principal (HOOKS, 2019). De acordo com a autora (2014), a divisão do mundo mudou após a Guerra Fria (1947-1941), passando de uma dicotomia Oeste e Leste para Norte e Sul. Há, dentro dessa divisão, uma diversidade de regiões, culturas e histórias. Porém, todas são marcadas pela colonização e por estarem fora do centro global (Connell, 2014).

A autora também ressalta as disparidades centro e margem em relação com o fazer pesquisa e elaborar teorias. estão concentrados no centro, com as universidades, os recursos, a produção da teoria. Enquanto à margem sobra aplicar essa teoria e fornecer os dados para o centro (Connell, 2014). Também ocorre entre Norte e Sul: pesquisadoras/es do Sul constantemente estudam pesquisadoras/es do Norte, mas o contrário raramente acontece.

Nesse processo de pesquisa, pesquisadoras/es do Sul constantemente estudam pesquisadoras/es do Norte, mas o contrário raramente acontece (Connell, 2014). Hountondji (1997, apud Connell, 2014), de que, para um estudo (ou quem pesquisa) ser validado cientificamente, necessita ler e citar autores do Norte, aprender as metodologias e técnicas lá ensinadas, ser reconhecido e publicado em jornais de universidades do Norte. Também, pesquisadoras/es do Sul constantemente estudam pesquisadoras/es do Norte, mas o contrário raramente acontece. Assim, esse é outro aspecto da colonialidade impregnado nos modos de vida.

Dentro dessa lógica, os estudos sobre masculinidades se concretizaram enquanto um campo de estudos nas ciências sociais durante os anos 1980. Isso ocorreu com trabalhos empíricos mais refinados e análises conceituas que expandiram além do “paradigma dos papéis sexuais”, com maior ênfase para a multiplicidade, o poder e a hegemonia. Estas abarcavam uma construção discursiva da masculinidade e a discussão do local que a masculinidade ocupa na modernidade (Connell, 2014). A autora chama esses trabalhos de um “momento de etnografia”, na qual, através de vários métodos de pesquisa, o foco foi de documentar os padrões específicos das masculinidades daquele lugar e época.

Meireles (2022) e Connell (2014) afirmam que os estudos no Brasil sobre

masculinidades se iniciaram nos anos 1990, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. Ambas as pesquisas afirmaram que não há uma masculinidade universal, mas são várias, que mudam historicamente. Historicamente, há uma dicotomia também entre a masculinidade dita tradicional e a moderna, com uma perspectiva de continuidade entre as duas, ou entre moderna e pós-moderna (Connell, 2014). Da perspectiva das/os colonizadas/os, a conquista e a colonização são uma separação imensa. Mas, a partir do momento em que a colonialidade é delineada nos gêneros e masculinidades, apenas a linearidade histórica não basta para se compreender as masculinidades.

Dentro disso, economicamente, o modelo de provedor da família não se sustenta em muitos países do Sul por conta do neoliberalismo. Por conta dos salários baixos, trabalhos precários e falta de sindicatos para garantir os direitos trabalhistas, essas condições limitam a abrangência desse modelo de família nuclear (Connell, 2014).

Paulo Melgaço da Silva Júnior e Leandro Teofilo de Brito (2018) dialogam sobre como há uma grande preocupação em se impor regras e disciplinar os corpos dos homens também. Isso ocorre em oposição ao que é considerado feminino, uma negação do que é ser homem e indesejável para esses, sem qualquer possibilidade de aproximação entre eles. Caso algum deles não se enquadre no que foi estabelecido, é considerado inferior, menos homem ou um homem gay.

Há um domínio muito maior sobre o corpo das mulheres, desde a reprodução, aparência, espaços que pode ocupar socialmente, etc. Todavia, não se pode negar que esse processo ocorre no mesmo modo em corpos masculinizados, porém com outra intensidade de vigilância e escrutínio.

Para a população negra, de acordo com Meireles (2022), essas masculinidades também são construídas nessa relação de poder, não apenas entre as mulheres, mas entre os homens também. De acordo com as desigualdades de raça, sexualidade, faixa etária, etnicidade, etc., invisibilizando quem foge às regras sociais do que é ser homem. Essa população invisível inclui homens gays e cisgêneros e homens afeminados (Meireles, 2022). Vale também destacar que homens trans também são invisibilizados ao muitas vezes nem serem considerados homens “de verdade” (Kaio Souza Lemos, 2020).

Meireles (2022) também afirmou que esses sentidos de masculinidades são produzidos por homens cisheterossexuais e brancos, não havendo espaço para outras pessoas, como homens negros. Estes renegociam suas possibilidades de apropriação

dessa masculinidade hegemônica, ao não poderem deixar de ser pretos, através da produção social, tanto do trabalho, quanto da afetividade na sociedade. Além disso, só é possível dentro da relação racial de dominação e exploração.” (Meireles, 2022, p.184)

As mulheres e meninas, de acordo com Connell (2014), também possuem uma importância no fator que questiona o papel da masculinidade nas sociedades colonizadas, ao participarem ativamente dos movimentos de independência. Os movimentos de maior educação e melhores trabalhos para a população feminina também são um desafio para a posição dos homens nas famílias como líderes ou chefes (Connell, 2014).

Dessa forma, percebe-se como as masculinidades são construídas nas sociedades colonizadas e sob o capitalismo. Agora, entraremos mais especificamente na questão das transmasculinidades.

### **2.3 Transmasculinidades**

Para Lemos (2020), ambos os corpos cisgêneros e trans experienciam os modos de ser homem e o constroem em seus corpos e vivências. Porém, para homens trans também há uma desconstrução desse corpo tido anteriormente como feminino, através das tecnologias como roupas e sapatos, cortes de cabelos, aplicações hormonais, pelos, voz, ter e/ou desenvolver um pênis e cirurgias” (p.121).

Essa transmasculinidade, para o autor, é uma transição entre masculinidades, uma vez que é uma masculinidade já existente, entretanto invisibilizada socialmente por conta dos padrões cisheteronormativos. Assim, o que define um corpo transmasculino para Lemos (2020) são

“as práticas discursivas de mudanças e modificações. São corpos que vivenciam constantes mudanças e modificações, abarcando desde uma nova leitura de si mesmos (...) até modificações corporais.” (p.123)

É importante pontuar essa relação das masculinidades com a feminilidade pois uma se constrói através da outra. Kilomba (2008) afirmou que o homem se constrói em oposição à mulher, assim como o branco em oposição ao negro. Nascimento (2021) ressalta que, se as regras do que é ser homem ou mulher necessitam ser repetidas à exaustão isso aponta para o fato de que não há essencialidade ou imutável nessas categorias e nos corpos.

Preciado (2018) defendeu que, com o advento das biomoléculas, como a pílula do dia seguinte e a pornografia, os modos de controle dos corpos são modificados.

A defesa que o autor faz é o do gênero fármaco pornográfico. De acordo com Preciado (2018), os discursos médicos, biológicos e políticos irão forçar com que os corpos se encaixem nos modelos de feminilidade e masculinidade produzidos epistemologicamente. Desse modo, faz-se necessário um novo regime para abarcar essa realidade em constante transformação, a qual o autor chama de fármaco pornográfico, que “parece ser sintético, maleável, variável, aberto à transformação e imitável, assim como possível de ser tecnicamente produzido e reproduzido” (PRECIADO, 2018, p.116).

Essa mudança radical ocorre com a invenção da pílula e da transformação da pornografia em uma indústria midiática (transforma a masturbação em fonte de produção de capital). remodelamento das reações sexuais principalmente do público masculino

Sempre houve regimes de controle e produção corporal, a depender do momento histórico e contexto cultural, econômico e político. Há os que deixaram de exercer subjetivação, com o conseqüente desaparecimento das tecnologias associadas. Enquanto outros estão em transformação, como o que vivemos no momento. A questão agora é que esse controle, a partir da década de 1970, passa a acontecer sobre o que se acreditava estar no reino da naturalidade, ou seja, que era imutável, como o desejo sexual, a ereção e a fecundação. Nascimento (2021) utiliza a metáfora do véu, pois seria isso que cobre como nossos corpos, formas de organização social e desejos são produzidos.

A quebra que a categoria de gênero produz é questionar a epistemologia das diferenças sexuais. “O corpo farmacopornográfico não é uma matéria viva passiva, mas uma interface tecno-orgânica, um sistema tecnovivo segmentado e territorializado por diferentes tecnologias políticas (textuais, informáticas, bioquímicas)” (PRECIADO, 2018, p.124). Não há rupturas entre os modelos, mas uma continuidade, são simultâneos e interligados. Uma variedade de discursos/regimes farmacopornográficos domina e divide o corpo em diferentes domínios.

Isso vai ao encontro do que Donna Haraway (2013) chamou de ciborgue, não sendo um corpo orgânico nem máquina. É um passo importante para desmistificar o corpo como todo biológico e demonizar a tecnologia como o contrário da natureza (Preciado, 2014). O gênero deve ser compreendido como uma forma de incorporação

prostética que se passam por naturais, mas então sempre sujeitos à mudanças sociais e políticas.

Os apontamentos de autoras/es trans são importantíssimos para se repensar como o corpo, o gênero e o sexo se relacionam, uma vez que nossa corporalidade está constantemente sobre vigilância. Ainda, nossos gêneros passaram (e seguem em muitas instâncias) por diversas tentativas de patologização. Como apontou Nascimento (2021), o direito de pessoas trans a procedimentos

"são regularizados pelo Estado, pelo saber médico-científico e pelo poder farmacopornográfico, os corpos cisgêneros gozam com maior liberdade de intervenções corporais, que são consideradas estéticas e decisões do âmbito privado."(p.143)

É notável a diferença com que corpos cisheteronormativos e dissidentes de gênero são tratados. Um exemplo é a Portaria de nº 2.803 (2013), que, apesar de ser um grande avanço em políticas públicas de saúde para a população trans que desejam realizar cirurgias, ainda determina o acompanhamento obrigatório de dois anos com equipe multiprofissional. É esta quem dará indicação para o indivíduo conseguir acessar procedimentos cirúrgicos muitas vezes essenciais para o bem-estar de pessoas trans. Outro empecilho é a abrangência desse atendimento, uma vez que não cobre todo o território nacional. Há 29 ambulatórios e 5 hospitais em apenas 15 dos 26 estados e no Distrito Federal.

Considerando o que foi levantado, percebe-se como pessoas trans constroem relações diferenciadas com os gêneros, seus corpos e as normas cisheteronormativas. Mesmo com muitos movimentos para deslegitimar e suprimir nossas existências, seguimos questionando as normas cisheteronormativas e expandindo as possibilidades de existências. Com isso em mente, o capítulo seguinte analisa as entrevistas através das categorias de análise e levando em consideração toda essa bibliografia levantada.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa foi um estudo qualitativo, descritivo exploratório, que tem como objetivo compreender as estratégias que homens transexuais utilizam para permanecer no ambiente escolar, e quais os desafios enfrentados para continuar ali.

Inicialmente se realizou uma revisão de literatura, em sites reconhecidos como SCIELO e CAPES, sobre a experiência trans no ambiente escolar, uma vez que o “propósito geral de uma revisão de literatura de pesquisa é reunir conhecimentos sobre um tópico”, de acordo com Souza, Silva e Carvalho (2010, p. 103). Entende-se que, para além de conhecer a experiência individual dos entrevistados, é de suma importância reconhecer e contribuir com o conhecimento já produzido na área.

No segundo momento, o contato direto com os sujeitos, que são os colaboradores da pesquisa, ocorreu através de entrevistas, utilizando o método autobiografia. Proposta por Marcio Caetano (2016), o método leva em consideração o sujeito em um contexto mais amplo, ou seja, a formação da identidade das pessoas é relacional e pode, assim, ser comparada com outras autobiografias. O autor ressalta que é essa perspectiva da experiência de vida que dá a riqueza dos relatos, por lutarem todos os dias contra o machismo, racismo, transfobia, etc. Por esse método, é o entrevistado quem constrói o retrato da sua vivência (ou ausência) escolar. A partir das falas das pessoas entrevistadas, são construídas categorias de análise a partir dos elementos mais marcantes ou mais recorrentes nas histórias de vida apresentadas, assim como as particularidades de cada caso.

Compreendendo que há fatores que auxiliam na exclusão e inclusão social, também se analisou, além das categorias construídas, quais fatores influenciaram ou não a trajetória escolar das pessoas entrevistadas. Os sujeitos não são universais, essencialistas e estáticos (Nascimento, 2021). Há várias categorias que influenciam as trajetórias de cada sujeito, como raça, classe, sexo, deficiência, etc. Desse modo, a partir do resultado das entrevistas, se analisa, então, quais dos fatores mencionados, estiveram presentes, ou não, na história de vida de cada uma das pessoas ouvidas.

Assim, os procedimentos foram:

1. Revisão bibliográfica: Levantamento de categorias que orientou e analisou as entrevistas, relacionando com os temas de gênero, sexo, sexualidade e masculinidades.
2. Pesquisa de campo: Para aproximar o pesquisador dos seus colaboradores, espe-



cificamente nos estudos das Ciências Humanas, precisou-se conhecer os atores que correspondem a essa realidade e que são participantes (Maria Cecília de Souza Minayo, 2008). Dessa forma, apresentamos o projeto a pessoas relacionadas à população homens transexuais, com a divulgação através das redes sociais Instagram e *WhatsApp* pessoais do pesquisador. Ocorrendo o interesse em participar, comunicamo-nos individualmente para agendar a entrevista. A proposta de pesquisa foi uma entrevista semiestruturada, com um roteiro pré-estabelecido e flexível, na qual se procura investigar como o ambiente escolar era receptivo a alunos transexuais, e quais estratégias foram utilizadas para permanecer ali. O principal objetivo neste momento foi ouvir as narrativas, procurando interferir o mínimo possível durante as falas. De acordo com Tim May (2004), o diferencial da entrevista semiestruturada é que ela permite registrar informações qualitativas sobre o tema, além de que quem entrevista pode explorar conteúdos além das respostas. As entrevistas ocorreram de modo remoto, para que não gerassem custos de deslocamento, além de constituir uma medida de segurança contra a Covid-19. Aquelas ocorreram somente nos casos que se cumpriram todos os critérios de inclusão e mediante o preenchimento eletrônico ou acordo verbal dos Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Autorização de Gravação de Voz (TCUISV, ambos em anexo).

3. Análise dos dados: Essa etapa foi realizada através de um diálogo entre os conhecimentos advindos da revisão de literatura e das situações e estratégias com maior recorrência nas entrevistas, através da elaboração de categorias de análise.

### **3.1 Metodologia de análise de dados**

Como apontou Chizzotti (2006), o pesquisador analisa o significado do relato particular ao situá-lo em “significados mais amplos do relato quando inserido no contexto, nas estruturas sociais e culturais ou nas interações sociais” (p.109). Dessa forma, pretende-se chegar a um melhor entendimento e análise da experiência de vida. Por conta disso, a análise é realizada desde o começo da pesquisa de campo. As etapas serão descritas a seguir.

Primeiro, as transcrições consistem em passar para a linguagem textual escrita os áudios das entrevistas. Apesar de parecer um processo simples, consideramos fundamental a sua execução de maneira atenciosa, com uma descrição minuciosa

por parte do pesquisador. Como apontou May (2004), uma vantagem da gravação é poder estar atento à conversa e aos gestos não verbais, além de auxiliar na análise comparativa das entrevistas. A utilização de entrevistas remotas gravadas, apesar de ter sido uma imposição contextual relacionada ao distanciamento físico por conta da pandemia de Covid-19, assemelha-se ao instrumento de gravação de voz já previsto nas entrevistas presenciais. Destaca-se a importância ainda maior das transcrições por ser um momento delicado para a pesquisa de campo presencial. À medida que são realizadas as transcrições, ocorre o processo de simplificação dos dados obtidos, fundamental para que o objetivo da pesquisa de campo não seja dissolvido em meio à uma grande quantidade de informações.

Em seguida, a organização das informações coletadas é o momento em que o pesquisador codifica as respostas, de acordo com May (2004). É importante, ao não se utilizar um formato estruturado, situar e analisar em categorias as entrevistas. O autor também ressalta que é necessário situar quem fala em termos de “sua classe, sua raça, seu gênero, sua posição ocupacional e assim por diante” (MAY, 2004, p.164). Para isso, serão utilizadas as categorias de análise sistematizadas a partir da revisão bibliográfica e das falas e fatores recorrentes. Os relatos das entrevistas serão analisados buscando unir e sistematizar, com base na similaridade, complementaridade e contraposição, suas percepções no que diz respeito às suas relações e história de vida, buscando captar suas formas de agir, pensar e sentir, que constituem as relações entre sua atividade e consciência. Como esteio teórico e fonte dessas categorias, utilizaremos os estudos de autores de áreas do conhecimento em Ciências Humanas voltados a esse objeto.

De posse das categorias de análise e da teoria de referência, e realizando uma abstração teórica, realizaremos as Interpretações dos dados. Ou seja, produzir sínteses para contribuir com novas proposições e reflexões sobre o objeto de estudo e o avanço de pesquisas posteriores no campo. E, por último, como desfecho primário, busca-se compreender quais estratégias desenvolvidas pelos alunos transexuais para conseguir permanecer nesse local influenciam sua subjetividade, além de os desafios enfrentados.

## 3.2 Categorias de análise

A partir das entrevistas surgiram as seguintes categorias: rede de apoio, abordagem e receptividade no ambiente escolar e os desafios enfrentados. Esperava-se, também, que as pessoas falassem sobre quem permitiu que esses indivíduos transexuais pudessem se expressar livremente, garantisse sua integridade física e psicológica, conversasse sobre as demandas e tirasse dúvidas.

A seguir, apresenta-se de modo mais detalhado cada uma das categorias que, posteriormente, serão analisadas no capítulo 4, a partir das falas das pessoas entrevistadas.

### 3.2.1 Redes de apoio

Nesse item explorou-se o que são as redes de apoio, como elas são para a população trans e como a escola se encaixa nesse contexto. É importante essa categoria uma vez que o indivíduo vive numa sociedade e interage diariamente com essa.

### 3.2.2 Receptividade no ambiente escolar

Nesta etapa a análise será baseada em como a escola, com professoras/es e demais integrantes da equipe pedagógica se portaram ante os entrevistados. Durante as falas surgiu com frequência a indiferença, hostilidade e preconceito de professoras, diretoras, inspetoras de corredor, entre outras.

### 3.2.3 Desafios enfrentados

Por último, o tópico de análise focou em quais as principais dificuldades os entrevistados relataram enfrentar para permanecer no ambiente escolar. Isso é importante para delimitar as expressões da transfobia que os impediam de se sentirem acolhidos na escola pelo corpo docente, discente e demais pessoas do convívio (inspetoras/es, seguranças, zeladoras/es, cozinheiras/es, etc.).

### 3.3 Perfis dos entrevistados

Os critérios de inclusão na pesquisa foram que as pessoas entrevistadas deveriam ser maiores de 18 anos, ser transexual, e ter sido estudante da rede de ensino pública ou privada. Dentro disso, foram enviadas mensagens em grupos internos da UTFPR e na conta pessoal do pesquisador na rede social Instagram, com as respectivas imagens anexadas. Com essa divulgação, conseguimos 4 entrevistas.

Após o envio e preenchimento do TCLE via *WhatsApp*, foi combinado um horário para a entrevista. Todas foram realizadas de forma remota através da plataforma *Zoom*, por conta do momento de pandemia da Covid-19. Além de ser mais seguro, não gerou gastos adicionais de deslocamento para os entrevistados ou o pesquisador. Todas as entrevistas foram gravadas e em seguida transcritas. Os participantes incluíram dois homens trans e duas mulheres trans/travestis (elas usaram ambos os termos para se referirem a elas mesmas), com idades entre 28 e 45 anos. Em relação a raça, foram 3 pessoas brancas e um negro. Todos os nomes são fictícios e retirados do livro “O parque das irmãs magníficas”, de Camila Sosa Villada.

Importante ressaltar que, apesar de terem sido realizadas e transcritas 4 entrevistas, apenas as duas realizadas com homens trans foram analisadas. Isso ocorreu por conta da abrangência do que teria de ser abordado. Uma vez que travestis e mulheres trans se relacionam com as feminilidades de formas diferenciadas, assim como ocorre com homens trans e as masculinidades, as análises teriam de ser separadas e com as respectivas referências. Além disso, a maior proximidade do pesquisador com a realidade dos homens trans também foi um fator levado em consideração, pois, como afirma Grada Kilomba (2008), essa aproximação retira a distância e a frieza dos “objetos de pesquisa”, o que a autora não compreende necessariamente como algo vantajoso. A proximidade e envolvimento também são úteis por se ter um suporte valioso e rico para as pesquisas focadas em sujeitos, afirmou a autora.

Por conta disso, e também por apontamentos da banca de qualificação, optou-se por abranger apenas os entrevistados nesta dissertação, com a indicação de elaborar futuramente um artigo com as entrevistadas, pois o pesquisador compreende a riqueza de seus relatos. Esses também foram muito importantes para a reflexão e entendimento das existências travestis e trans no ambiente escolar.

Lauro, 25 anos, homem trans, branco, nasceu e reside em Curitiba a vida toda.

Para auxiliar financeiramente em casa, trabalha desde cedo e estudava no período noturno em escolas públicas. Foi expulso de casa durante o ensino médio, o que dificultou ainda mais a conclusão de seus estudos. Nesse período, emancipou-se legalmente dos pais e residiu com amigos. Foi nessa época que se apresentou publicamente como transexual, aos 17 anos, no último ano do ensino médio. Iniciou dois cursos de ensino superior, porém não os finalizou. Tem plano de cursar Psicologia.

Silvio, 26 anos, homens trans, negro, é da Região Metropolitana de Curitiba. Cursou toda a escolarização em escolas públicas. À época da entrevista, estava quase se formando em Pedagogia, e desejava atuar como professor, porém estava desempregado. Apresentou-se como transexual há 4 anos, com 23-24 anos.

Percebeu-se que, durante as entrevistas, os entrevistados se sentiram à vontade para conversar sobre os assuntos levantados. Consideramos que isso tenha ocorrido pelo pesquisador ser também uma pessoa transexual, o que permitiu que se estabelecesse um clima de confiança e empatia. Assim, ao entender intrinsecamente as violências transfóbicas por encarar diversas delas pessoalmente, os entrevistados apresentaram um tom mais fraterno, sem perguntas constrangedoras ou de fetichização e estranhamentos. Os entrevistados não se preocuparam em ter que reiterar seus nomes, pronomes ou que suas existências são dignas. Também reiteraram a importância de uma pesquisa como esta por sentirem em suas histórias de vida a necessidade de se melhor analisar tal temática.

É importante destacar os pontos mencionados, uma vez que a maioria das pesquisas sobre esta temática **trata a população trans como ‘objeto de pesquisa’**, porém não são realizadas por pesquisadores e pesquisadoras trans que, portanto, conhecem a realidade pesquisada exclusivamente do ponto de vista teórico.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

As categorias de análise foram elencadas a partir do diálogo entre o referencial teórico e as informações obtidas nas entrevistas, especialmente a partir da frequência e recorrência com que apareceram no discurso dos entrevistados. As categorias escolhidas foram definidas por serem pontos importantes na experiência escolar das participantes, ao mesmo tempo que demonstram como isso contribui em suas identidades de gênero e nas marcas que deixaram em seu entendimento enquanto indivíduo.

Dentro disso, foram definidas as categorias: rede de apoio, receptividade no ambiente escolar e, por conta da última pergunta, os desafios encontrados no cotidiano na escola.

### 4.1 Redes de apoio social

Fernanda Lavezzo et al. (2019) definem a rede de apoio como a “soma de todas as pessoas significativas em um universo relacional, representam recursos importantes no cuidado e atenção integral à saúde, pois quando adequadas em sua extensão (quantidade) e qualidade de relações, fundamentam o suporte (emocional, instrumental, informacional e cognitivo), (...) facilitam o enfrentamento do estresse e de outros estímulos aversivos à saúde, bem como o ajustamento psicológico” (p.95).

Em sua tese, Alda Lacerda (2002) defende que as definições de apoio social e rede social são distintas e não intercambiáveis. A autora adota a definição de Valla (1998) para apoio social, sendo todo tipo de auxílio material e/ou informação (verbalizada ou não), ofertados por uma pessoa ou grupo com o qual mantemos contato constante, os quais repercutiram positivamente no comportamento e/ou emoções.

É comum utilizarmos diferentes tipos de termos com rede, como rede social, rede de informações, rede de computadores e afins, todos trazem à mente a ideia de malhas, teias, fios e conexões entrelaçados (Barnes, 1987). A autora identificou como esse termo surgiu em estudos da Antropologia, que ressaltam a importância de laços e relações fora do meio familiar. Valla (2000) destacou como a atuação de diferentes atores sociais otimiza recursos de apoio e propicia ações coletivas, engajando os indivíduos a colaborarem e exigirem seus direitos e necessidades básicas.

Diferentemente da rede social, que simboliza as características estruturais das diferentes relações sociais, Adolfo Pizzinato et al. (2018) compreendem que a rede de apoio é “o subconjunto dessas relações, ou seja, o reconhecimento e a valoração estratégica dos vínculos, que desempenham as diferentes funções do Apoio Social (Gracia, 1997; Gracia, Herrero, & Musitu, 2002)” (p.146). Os autores também destacam que a rede de apoio pode ser formal, com instituições como a escola, INSS, CRAS e CREAS, CAPS, juizados, entre outros. Já a informal inclui família, vizinhança, amigos, ONGs e instituições da sociedade civil.

O apoio social, de acordo com os autores, não possui uma definição que seja consenso no campo da Assistência Social, envolvendo a adequação e a estrutura da rede de relacionamentos sociais (Adolfo Pizzinato et al., 2018). Em uma das definições mais clássicas sobre o assunto, o apoio social seria um “construto no qual o sujeito usa informações que o levam a sentir-se valorizado, cuidado e integrante de uma rede social de comunicação, com obrigações mútuas (Cobb, 1976), possuindo o efeito de minimizar (amortecer) os efeitos de estressores em situações de crise (*Buffering-Stress Effects*) e também o efeito de proporcionar benefícios para cotidiano das pessoas (*Main Effects*) (Cohen & Wills, 1985)” (Adolfo Pizzinato et al., 2018, p.147).

Dessa forma, o ambiente escolar constitui uma rede de apoio formal e também informal, ao conter colegas de classe, amigos, professores, pedagogos e outros profissionais como da limpeza, cozinha, biblioteca, etc. É por conta disso que consideramos importante compreender como o ambiente era receptivo ou não para homens transexuais. E, levando em consideração as definições apresentadas, a presente pesquisa assume a definição de rede de apoio como uma relação de trocas materiais e emocionais, através de instituições e indivíduos, com a finalidade de expressar que a pessoa pertence a um coletivo que a apoia e a reconhece como digna dessa atenção, carinho e apoio.

Os entrevistados afirmaram que não havia qualquer pessoa que os acolhesse, ou pelo menos não os humilhasse em relação aos comportamentos dissidentes. Ao ser questionado se possuía uma rede de apoio social na escola, Silvio respondeu que não havia nenhuma pessoa com quem pudesse conversar sobre o que estava sentindo ou fazer perguntas. Ele também afirmou que sentia como se estivesse “enlouquecendo”, pois não entendia por que esses comportamentos que apresentava eram considerados dissidentes, ou por que deveria moldar sua expressão de gênero de outra forma. Como

o que ouvia falar de travestis e transexuais era “as informações que a gente tem na televisão era travestis e fazem programa, ou coisas do tipo que você escuta alguém falar ou o parente de alguém falar, então a gente não se sente à vontade o suficiente”.

Com Lauro, a situação foi semelhante. Ridicularizado pelos colegas de escola no grupo de *WhatsApp* da turma, recebeu ameaças de violência física e mensagens questionando seu gênero. O entrevistado relatou que apenas se apresentou como Lauro no grupo, e a resposta foi de que “enquanto não tivesse um documento comprovando que eu era Lauro, eu não tinha que abrir a boca pra falar nada, nem exigir nenhum tipo de respeito”. Afirmou também que não tinha amigos que o defendessem ou o apoiassem. Em alguns momentos até considerou registrar um boletim de ocorrência, mas como duvidava que o levassem a sério na delegacia desistiu da ideia.

Sentia-se desamparado e solitário, e afirma ter conseguido concluir os estudos porque pensava que não aguentaria refazer todo o ano letivo. Inclusive no dia de sua formatura no ensino médio, houve uma dinâmica de colegas entregarem os diplomas entre si. Mas, para Lauro, ninguém entregou o seu, porque “ninguém sabia quem era o Lauro, então só largaram o meu em cima de uma mesa e eu fiquei perdido procurando sozinho”.

Percebe-se em todas as falas o desamparo, isolamento e falta de apoio que os entrevistados sentiram durante o período que frequentaram a escola. Nenhum deles trouxe momentos positivos, nos quais foram acolhidos pelas colegas. Ambos apontaram discussões e enfrentamentos aos padrões cisheteronormativos vigentes. A forma como os relatos foram apresentados era de um afastamento emocional, sem grandes expressões de raiva ou ressentimento. Lauro expressava no rosto sua incredulidade, enquanto Silvio apenas expressava como era assim em determinada época, e sente alívio por ter superado essa época da vida.

Percebe-se que a definição de rede de apoio trazida pelos autores não contempla a experiência dos entrevistados. Esses não recebiam apoio material ou emocional para se expressarem, sentirem-se queridos pelo corpo docente ou técnico da escola, nem mesmo de colegas. Isso vai ao encontro de pesquisas que afirmam a falta de acolhimento de travestis e transexuais no Sistema Único de Saúde (SUS), outra instituição formal apontada como parte da rede de apoio, com relatos de cochichos, troca de olhares entre os profissionais de saúde e risadas, de acordo com Breno de Oliveira Ferreira et al (2017). Ambas as instituições deveriam fazer parte da rede de apoio formal,



como apontam os autores (Lavezzo et al. (2019) Adolfo Pizzinato et al. (2018)), porém, por conta da transfobia, acabam sendo mais um espaço de rejeição e no qual sofrem violências. Dessa forma, muitas pessoas trans passam a evitar tais locais por conta desse tratamento, como relataram Brenner de Oliveira Esteves et al (2021).

No Sistema Único de Assistência Social (SUAS) as mesmas situações se repetem: o desamparo social da população trans é alarmante, e ao se utilizar o recorte de raça, os dados são ainda piores. considerando-se os índices de empregabilidade desse grupo, percebemos que esse desamparo generalizado leva a uma marginalização extrema, sem qualquer rede de apoio (Daniel Canavese de Oliveira e Maurício Polidoro, 2021).

Os impactos de não serem reconhecidos e não serem tratados como indivíduos aparece quando denotam que se sentiam confusos, não conseguiam exprimir seus sentimentos, que estavam “enlouquecendo”, como disse Silvio. Demonstrar comportamentos ou sentimentos dissidentes, como já explicitado antes, abre espaço para as mais diversas agressões, e os entrevistados sentiram isso vividamente.

Desse modo, a falta de rede de apoio demonstra o que Lavezzi et al. (2019) explicitaram, ao não se sentirem amados, cuidados, ou que pertencessem a um grupo ou rede, as pessoas sentem-se desamparadas, solitárias, sem saber a quem recorrer.

## **4.2 Receptividade no ambiente escolar**

Como observado por Caetano (2016) e Oliveira (2019), dissidências de gênero sempre eram encontradas com resistência e tentativas de supressão no ambiente escolar. Tanto Silvio quanto Lauro expressaram ter dificuldades na escola em compartilhar o que estavam sentindo, uma vez que ninguém os acolhia com essas demandas.

É importante destacar como essas expressões dissidentes eram acolhidas nesse ambiente pelo fato de as crianças e adolescentes passarem uma parte considerável de seus dias nesse local. Franco e Cicillini (2015) apontam o estranhamento sentido pelo corpo docente e discente em relação a pessoas trans na escola, como professoras(os) ou alunas(os).

Para Silvio, a falta de receptividade ocorreu mais com a relutância que ele apresentava em se enquadrar nos padrões de gênero impostos. Como sempre gostou de atividade física e esportes, ele não via problemas em jogar bola com os meninos,

por exemplo. Todavia, esse comportamento era apontado como estranho pelas(os) alunas(os) e professores(as). Quando tentava se expressar de uma forma que era entendida como um desvio do padrão cisheteronormativo, Silvo explicou que a reação era sempre negativa. Inclusive insistia para que ele voltasse a se vestir/portar de forma mais feminina:

"era um caos, porque era sempre... quando 'cê tenta sair do padrão, né, tipo 'cê veste uma roupa assim, ou quer jogar bola, ou 'cê quer ser tratado de tal jeito mas não é assim. Aí 'cê volta atrás."(Silvio)

Sua resistência em incorporar coisas associadas a meninas, como cabelo comprido, maquiagem e vestidos eram vistos como um problema para as outras pessoas, mesmo que para Silvo não fosse uma preocupação ou prioridade. A pressão social era grande para se enquadrar nas expectativas alheias, tanto que afirmou odiar o ensino médio "com todo o coração, não foi acolhedor, espero que as pessoas de hoje em dia consigam ter um ensino médio mais de boa, né?".

Enquanto isso, Lauro relatou que, quando ocorreram as situações com seus colegas (zombavam de seu nome e gênero no grupo de *WhatsApp* da turma, ameaças de violências, tratavam-no propositalmente com pronomes femininos, entre outras agressões), a postura das/os professoras/es era de ausência. Ou ignoravam o que ocorria ou também participavam das agressões ao se recusarem a utilizar o nome social de Lauro e o tratarem como uma aluna.

O entrevistado também relatou que, quando ocorreu a ameaça de "ter minha cara esfolada no asfalto", enviou um email para a diretoria e o pedagogo da escola sobre o que tinha ocorrido. Lauro explicou que

"independente dele concordar ou não ou se inteirar sobre minha questão de identidade de gênero, eu fui ameaçado fisicamente de agressão. Mas o retorno que eu tive foi de que isso aconteceu num grupo de *WhatsApp*, oito minutos após o término da aula, então a direção não tinha mais absolutamente nada a fazer. (...) Foi prometida também uma reunião com todo mundo e o pedagogo, mas rolou nada."(Lauro)

O ambiente escolar, assim, era extremamente vexatório para o entrevistado, uma vez que não recebia apoio de qualquer pessoa. Apenas um ou outro professor insistiu para que ele terminasse o ano letivo, uma vez que estavam no segundo semestre, entre

setembro e outubro. Ele ressaltou também que considera que recebeu essa atenção porque era um bom aluno, com boas notas e dedicado.

Considerando esses posicionamentos da equipe da escola, Lauro refletiu que o problema vem dessas pessoas, e não necessariamente dos alunos. Ele afirmou que:

"o problema realmente vem de cima, não é do aluno, que já é preconceituoso porque ele traz isso de casa, porque ele vem de um ambiente que não fomenta ele a desenvolver nenhum aspecto crítico nesse sentido. Não é que deveria ter algum tipo de punitivismo, de suspender agora porque chamou ele de viadinho, não é isso. Mas é porque existe uma questão muito maior no ego das lideranças que estão dentro do colégio de 'não, mas eu já respeito porque eu acho que todo mundo merece respeito', mas realmente só fica até aí a autocrítica, a crítica só para até aí"(Lauro)

Ele também reiterou que não conhecia sobre ouvidorias e meios de ser fazer uma reclamação formal. E, mesmo se soubesse, como estavam no final do ano letivo, considerou que não havia muito tempo para se desenvolver qualquer atividade.

A falta de responsabilização também foi um ponto levantado por Lauro. Ele afirmou que as/os alunas/os seguia com aqueles comportamentos transfóbicos, pois sabiam que o corpo pedagógico era conivente com isso. Ele compreende que é um desafio para a escola saber lidar bem com situações como essas, porém, reiterou que se "tem espaço pra se criar um ambiente de discriminação, tem espaço pra criar um de respeito e acolhimento também".

Essa situação de se isentar da responsabilidade de melhorar o espaço escolar para um aluno trans era justificada de algumas maneiras para Lauro. Primeiro, afirmaram a ele que era um problema orçamentário, não havia recursos para capacitação. Depois, era um caso dos pais, de que por conta da opinião deles a escola não poderia se envolver. Em seguida, foi uma questão de como a escola pode influenciar seus alunos nessa questão, a equipe considerou que não deveriam. E, dessa forma, foram se isentando de qualquer responsabilidade sobre um de seus alunos que passou por um sofrimento psíquico imenso dentro do próprio ambiente escolar.

Essa conivência com os abusos sofridos foi acentuada após Lauro explicitar para todas/os as/os envolvidas/os suas demandas. Ele pesquisou, imprimiu e entregou cartilhas sobre como acolher pessoas trans no ambiente escolar. Como a equipe

escalava a responsabilidade sempre para pessoas diferentes (o secretário falava que era com o pedagogo, o pedagogo afirmava que era com o diretor, o diretor para as/os professoras/os, e assim por diante), Lauro distribuiu tais cartilhas para toda a equipe. Dessa forma, o argumento de desconhecimento perante a situação era inválido. Ele afirmou que

"a partir do momento que você tá consciente não tem mais esse argumento de 'nossa, isso é tudo muito novo pra mim'. Porque se você teve a capacidade de estudar pra ser um secretário, pra ser um diretor ou pedagogo, você consegue tirar dez minutinhos pra ler uma coisa que 'cê acha no Google. Eu mandei eles lerem no Google algumas vezes. Agora que eles estavam cientes não era mais ignorância, era omissão."(Lauro)

Todos esses fatores foram agravados pelo fato de que Lauro era um aluno novo, ele havia trocado de escolas no início do ano letivo. Além de que, mesmo sendo menor de idade há época, era emancipado legalmente dos pais, então em seu relato o entrevistado afirmou mais de uma vez que estava completamente sozinho para enfrentar tudo isso.

Estas tentativas de afastamento e expulsão dos ambientes de estudo acompanham essa população além do ensino básico e médio, interferindo na faculdade também, como apontou Favero (2020) e Santos (2010). Isso contribui para que o local socialmente aceito para pessoas trans é na prostituição, no caso das travestis, ou a invisibilidade, no caso dos homens trans (Franco e Cicillini, 2015).

Dessa forma, os relatos vão ao encontro da bibliografia levantada, ao demonstrar como há descaso em ambientes escolares quando se trata de acolher e respeitar as demandas de alunas/os trans. Qualquer demonstração de dissidência de gênero é tratada com violência, seja ao ser suprimida pela fala e indiretas ou com ameaças de violências explícitas. Não houve uma boa receptividade de suas expressões de gênero, e, no caso de Lauro, da sua transição.

Essa falta de receptividade é explícita nos comportamentos ou na ausência deles. Quando um/a aluno/a expressa uma demanda, em alguns casos repetidas vezes, e a equipe da escola não se posiciona e atua para transformar aquele ambiente, a convivência demonstra para a/o aluna/o de que lado ela está, com quem a/os funcionárias/os concordam.

Há época da entrevista, Silvio cursava pedagogia e, de acordo com ele, poucas

ou quase nenhuma matéria abordava questões de gênero e sexualidade, e como docentes devem se portar. Como apontou Sandra Unbehaum, Sylvia Cavašin e Thais Gava (2010), poucas professoras/es são capacitados sobre Educação Sexual, e muitas/os delas/es sentem-se desconfortáveis de abordar esse assunto. Zilene Pereira Soares e Simone Souza Monteiro (2019) também apontam como há uma dificuldade de temas relacionados à gênero e sexualidade serem considerados relevantes na elaboração de currículos das licenciaturas. Outro ponto é a continuidade da formação dos docentes, em que apenas um em cada dez possui especialização (SOARES E MONTEIRO, 2019). Cabe um maior incentivo por parte das instituições de ensino de incluírem matérias que abordem gênero e sexualidade de forma crítica e também à educação continuada, além de professoras/os buscarem ativamente isso.

Isso reflete uma questão mais estrutural sobre formação de professores, atualidade dos currículos das universidades e como outros temas presentes em sala de aula, que não o ensino e a aprendizagem, são ou não priorizados nos cursos.

Atemo-nos aqui, então, às repercussões dessa ausência na experiência escolar de pessoas trans. Uma equipe pedagógica assim pode não entender os reais problemas e barreiras que conviver num ambiente assim pode ser para uma/a criança ou adolescente.

A violência sofrida por Lauro e as pressões que Silvio passou são exemplos que demonstram como esse ambiente não acolhe, rejeita e expulsa pessoas trans de seu ambiente. Há, porém, a resistência da população trans, que reafirma a educação como um direito básico e de extrema importância. De acordo com o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE, 2019), há uma proliferação de cursinhos preparatórios para o vestibular focado em travestis e transexuais, com 23 distribuídos pelo território nacional. Também 15 universidades federais apresentam cotas específicas para a população trans (IBTE, 2019). Ainda de acordo com a pesquisa, houve um movimento de quem não completou os estudos de procurar o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) para conseguir esse diploma (IBTE, 2019).

Sendo Lauro um adolescente há época das negligências sofridas, isso constitui em si uma violência contra ele. Como apontado por Caetano (2016), a riqueza da história de vida está em como conseguimos perceber tantas questões sociais na narrativa de uma pessoa. É possível perceber muito do que Mendes (2022) apontou como a masculinidade ocidental é construída e o como quem foge a essas expectativas é tratado.

Ambos os entrevistados eram entendidos em algum grau como abjetos e tratados dessa forma socialmente. Silvio inclusive comentou sobre a questão do posicionamento de professoras/es em sala de aula:

"Você é um professor, você não é uma pessoa qualquer, que ah passou na rua, não gostou, não. Você forma uma pessoa pra vida, né? se um professor não tiver capacidade pra ter um bom coração, trazer isso pra dentro da sala de aula- porque é ele falando pra trinta, né? E trinta falando pra sessenta, e assim vai, né?"(Silvio)

Dessa forma, os entrevistados sofreram com a falta de acolhimento no ambiente escolar e enfrentaram diversos desafios. Esse é o assunto da próxima categoria de análise.

### **4.3 Desafios enfrentados**

De acordo com Meireles (2022), o padrão cisheteronormativo a que todas as pessoas são comparadas é o do homem cisheterossexual e branco. Dessa forma, homens negros possuem também essa barreira ao expressarem suas masculinidades.

É dessa forma que Silvio, no ensino médio, teve problemas para encontrar referências trans masculinas em quem se espelhar. Ele relatou que sabia da existência de pessoas trans através de 'piadas' transfóbicas com travestis proferidas por familiares e alunas/es professoras/es na escola.

Fora esse escárnio em relação a travestis, a única outra referência foi Tarso Brant, ator e modelo trans brasileiro. Porém, mesmo representando uma possibilidade de futuro enquanto homem trans, a figura também gerou muitos questionamentos internos para Silvio. Ele afirmou que "as únicas referências que eu tinha no ensino médio era o Tarso, né? E aí é aquele padrão, tem que ser muito macho, uau, tem que fazer academia, fazer mastectomia, ser musculoso... e eu falava "ah, mas eu não sou assim... onde tá? Onde tem outra gay assim?".

Percebe-se que os padrões de masculinidades também são presentes entre pessoas trans, o que também delimita as formas como esse grupo se enxerga e quais são as expectativas. A pressão segue grande para reproduzir uma masculinidade que replica a cisheteronormativa, como Silvio disse que, se você é trans, você precisa "vai se portar assim, você se porta desse jeito".

A questão racial, apesar de não presente diretamente no discurso de Silvio, influencia o modo como ele se vê e como enxerga outras pessoas trans. Ao afirmar que não se via em figuras como Tarso, percebe-se um afastamento desse padrão de masculinidade, também pelo fato de o ator ser um homem trans branco. Meireles (2022) reitera como homens negros, nas sociedades ocidentais, necessitam construir sua masculinidade numa relação de dominação e exploração, sendo o negro, dominado e explorado. É nesse embate com a masculinidade hegemônica e por ser negro que o entrevistado se encontrou em tantos dilemas em relação ao seu gênero.

Além disso, Silvio trouxe a questão da religiosidade como um impedimento para se aproximar de algumas/ns professoras/es. Ele explicou que, apesar de algumas pessoas do corpo docente estarem dispostas a conversar sobre vários assuntos que afligiam as/os alunas/os, por falarem abertamente das religiões cristãs ele tinha ressalvas sobre o quanto aceitariam seus questionamentos de gênero.

Como explicita Santos (2014), a religiosidade pode ser um fator que indivíduos LGBT tenham ainda mais dificuldade em se entenderem e na própria auto-aceitação, uma vez que o discurso dentro de muitas igrejas e locais religiosos é abertamente LGBTfóbico. Em sua pesquisa o autor questionou homens gays evangélicos sobre como lidam com sua sexualidade em relação à religião, e os sentimentos apresentados durante as entrevistas.

A escola em que Silvio estudou é pública, então, na teoria, é laica. Porém, isso não impedia de as/os professoras/es de expressarem opiniões baseadas em sua religiosidade. Como a relação entre população LGBT e religiosidade cristã no Brasil é conturbada, o entrevistado afirmou que, mesmo que a pessoa parecesse disposta a conversar sobre as questões que o afligiam, Silvio não se sentia confortável para isso.

O mesmo desconforto com as religiões cristãs aparece na fala de Lauro, ao relatar sobre o tratamento que pessoas LGBT recebiam na sua escola de um modo geral. Apesar de ser o único aluno trans, sem outros homens trans ou travestis e mulheres transexuais, havia muitas alunas lésbicas e alunos gays.

Antes de se apresentar publicamente como trans, Lauro presenciou muitas situações de homo e lesbofobia por parte de alunas/os e professoras/es. A solução da escola foi de montar um teatro mostrando um casal de lésbicas, mas apenas para mostrar que existiam. O entrevistado afirmou que não havia um combate real a essas posturas LGBTfóbicas, uma vez que “era tudo meio que tratado como casos individuais,

se a religião da pessoa não permite achar que essas pessoas são normais, então tem nada que a gente possa mexer ali”.

Isso, todavia, não impediu alunos gays de constrangê-lo com comentários transfóbicos, como “se quer ser homem, tem que colocar um pinto” ou questionando sua masculinidade de outras formas. Lauro afirmou não esperar uma postura dessa vindo de uma pessoa que também sofria naquela escola, no caso do colega, com homofobia. Isso acentuou sua sensação de isolamento e agravou sua fragilidade emocional, segundo ele.

Lauro disse que, antes de se apresentar como homem trans, não entendia o porquê de as pessoas desistirem de estudar. Sabendo que se exige ter o ensino médio completo para qualquer emprego bem remunerado e estável, o entrevistado não entendia por que alguém não concluiria os estudos. De acordo com o entrevistado, foram “aqueles dois meses do ano assim que eu entendi como as coisas podem ir te destruindo e como muitas coisas ficam só na demagogia do colégio de ‘queremos uma educação melhor e respeito das diferenças”’.

Com todos esses fatores contra sua presença ali, Lauro afirmou que seu bem-estar físico e psicológico ficou extremamente abalado, se sentindo “bem mal, eu fiquei bem mal, eu estava completamente sozinho. Fora os estresses de vestibular, final da adolescência, de descobrir seu lugar no mundo, e início da vida adulta”.

Por estar extremamente abalado, ele afirmou que sabia que não conseguiria passar por toda essa humilhação e persistiu até o fim. O que exigiu dele todo um esforço físico e mental imensurável, que ele considera ter sido “o início do fim da minha sanidade mental”.

O entrevistado ainda afirmou que chegou a reprovar por faltas, mas que conversando com os professores eles retiraram algumas para que ele pudesse ser aprovado. Ou seja, como Lauro mesmo colocou, ele não reprovou por não cumprir os requisitos de nota e conhecimento da matéria, mas “eu reprovei por falta, eu não reprovei por nota, foi por incompetência [da escola] de saber lidar com as diferenças”.

O desrespeito com seu gênero e nome inclusive não acabou com o fim do ano letivo. Lauro contou que, no ano seguinte a sua conclusão do ensino médio, uma amiga foi estudar na mesma escola. Na primeira semana de aula, o diretor passou em todas as salas de aula com um aviso



"falando que quem quisesse o nome social na chamada era só protocolar na secretaria. Porque 'no ano anterior teve uma menina, a fulana, que queria o nome Lauro e a gente até deu um certificado pra ela com o nome Lauro!' Como se fosse um p\*\*a favor colocar meu nome no diploma!"(Lauro)

Para outras/os alunas/os travestis e transexuais desse colégio, o requerimento para o uso do nome social foi diferente, pois ele exigiu esse direito e não se deixou silenciar pela escola. Essa resiliência fez com que a situação se transforma-se para quem estuda nesse colégio, por conta da presença e exigências de Lauro.

Os desafios enfrentados pelos entrevistados demonstram como é questionar as normas de gênero e os padrões esperados da cisheteronormatividade ocidental. Essas demandas são recebidas com violências diretas e indiretas, descaso e desprezo. Crianças e adolescentes nessa posição encontram-se especialmente vulneráveis, o que é um caso mais alarmante.

Dentro do ambiente escolar isso se explicita nas faltas de Lauro. Ele afirmou que quase reprovou por faltas, o que é recorrente com alunas/os trans, de acordo com Nayara Cunha Salvador, Anderson José de Oliveira e Neil Franco (2021). Para os autores, quando confrontadas/os com tanta invisibilização e exclusão, as faltas escolares tornam-se um modo de fugir desse ambiente hostilizado, o que aumenta os resultados de repetência e expulsão da escola.

#### **4.4 Estratégias desenvolvidas**

Para Silvio, a permanência no ambiente escolar foi garantida através da invisibilidade. Quando questionado por que ele não se apresentava da forma considerada mais feminina (cabelo comprido, saia ou vestido ao invés de calça, aplicar maquiagem, etc.), ele aquiesceu e se adaptou a essas expectativas de gênero. Tais expressões de feminilidade, contudo, não faziam sentido para ele, uma vez que ele, em sua percepção, não se distinguia dos seus colegas meninos.

Assim, a estratégia de sobrevivência de Silvio foi a invisibilidade e a adaptação aos padrões impostos socialmente. Ele não se sentiu confortável para se expressar nesse ambiente, nem houve qualquer espaço para isso dentro do ambiente escolar.

Lauro, como já havia se apresentado socialmente como homem trans, usou como estratégia o aparato legal para que seu nome social fosse respeitado. Instrução Conjunta n.º 02/2010 - Seed/Sued/DAE, a qual afirma que:

"o nome civil, constituído por prenome e sobrenome é um dos principais direitos de personalidade ou direitos personalíssimos, e estes, segundo o Código Civil, são intransmissíveis e irrenunciáveis. O nome social é o nome pelo qual travestis e transexuais, femininos ou masculinos se reconhecem e preferem ser chamados."(SEED/SUED/DAE, 2010)

Apoiando-se nisso, o entrevistado exigiu que fosse tratado corretamente por professoras/es, colegas, equipe pedagógica e demais pessoas do convívio na escola. Porém, como relatado, a exigência não foi deferida imediatamente. Isso vai contra o que foi determinado pela Instrução Conjunta n.º 02/2010 que o pedido pode ser feito no registro de matrícula, e ainda não necessitou da autorização dos pais no caso de Lauro que era emancipado legalmente.

Para sobreviver nesse ambiente e ser respeitado, ele precisou insistir para que fosse alterado o nome na chamada, reiterando que não era apenas porque o magoava quando o tratavam no feminino ou porque ele preferia ser tratado assim que deveriam utilizar seu nome social. Isso já são motivos muito válidos por si só, mas ele demonstrou também que outras entidades, movimentos sociais e indivíduos já reivindicavam essas demandas há mais tempo que ele, como a da SEED/SUED/DAE (2010). E ainda que, por mais que ele não soubesse de muitas políticas e leis estabelecidas quando estava na escola, não havia motivos para "a escola não querer participar e contribuir dessa forma, porque vai virar lei em algum momento - e eu estava certo, ia virar!".

A resistência que apresentou diante dessas violências surgiu não apenas por conta da importância que a educação superior tem em seus projetos de vida. Lauro relatou sim que cursar a faculdade era um de seus planos de carreira, atualmente alterados de História para Psicologia. Contudo, Lauro afirmou que tudo isso era motivado pelo ódio. Quando perguntado sobre sua estratégia para permanecer na escola, ele afirmou que

"era o ódio, eu não queria que fosse essa resposta, mas ódio. A única coisa que me mantinha ali era ódio, ódio de que eu ia me formar, que eu ia muito bem, que eu ia passar numa universidade pública, e que eu ia construir meu caminho muito longe dali e passar por cima, foi na

base do ódio. Não foi resiliência, não foi acreditar que eu sou melhor que isso, não foi acreditando na minha força interior. Foi o ódio, foi o puro ódio."(Lauro)

O entrevistado ainda afirmou que o adoecimento psíquico por qual passou foi imenso. Não apenas pelas situações degradantes que viveu na escola, mas também por outras situações da vida que preferiu não relatar.

Lauro elaborou também sobre como o que o auxiliou foi “ir pelas regras deles [pessoas cisgênero]”. Disso, ele afirmou que

"foi uma pessoa cisgênero que criou essa Portaria aqui, então vocês têm que respeitar. Foi uma pessoa cisgênero que escreveu esse manualzinho aqui, vê como que você faz pra transformar a escola que você é diretor num ambiente minimamente controlável. Então vocês vão ter que aceitar, não sou eu que to falando. Vocês podem não ligar para os meus sentimentos, mas você vai ter que seguir o regulamento que você assinou que você estava ciente a cumprir."(Lauro)

Foi assim que Lauro foi de alguma forma ouvido naquele ambiente, reiterando de que não era apenas um caso isolado e havia precedentes. O entrevistado explicou que antes suas demandas eram vistas como ele ser muito sensível ou histérico. Lauro refletiu que a omissão dos colegas se deu por cursar o ensino médio no período noturno, e a maioria dos estudantes eram trabalhadoras/es e repetentes, de acordo com ele.

Dessa forma, a escola colocou seu nome social na lista de chamada e alguns documentos, como o diploma. E, como já relatado anteriormente, foi tratado como se a escola fizesse um grande favor para o entrevistado ao respeitar a lei e a integridade física do aluno ao respeitá-lo e tratá-lo em algumas instâncias pelo nome social.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como afirmou Luma de Andrade (2012), chego às considerações finais não como um final definitivo da pesquisa, mas como uma parte do processo, na qual analisamos onde começamos, o que foi feito e os resultados encontrados até aqui. Não é um final absoluto, pois responde às perguntas levantadas no início, mas não impede que novas surjam após o término da dissertação.

Dessa forma, percebeu-se que as estratégias utilizadas pelos entrevistados para permanecer no ambiente escolar foram as diretrizes e leis encontradas por Lauro e a invisibilidade de Silvio. Eles não percebiam o ambiente escolar como receptivo para seus questionamentos às normas de gênero pela reação adversa das pessoas ao seu redor, tanto da equipe quanto de outras/os alunas/os.

O acolhimento que receberam foi limitado no caso de Silvio, que se viu empurrado a um papel de gênero feminino para receber aceitação das pessoas ao seu redor; e, para Lauro, foi necessário exigir que o respeitassem enquanto homem trans, e ainda assim houve relutância em acatar com a exigência do nome social.

Os desafios enfrentados foram diversos, desde sensação de isolamento das/os colegas, humilhações e transfobia. Foi por conta do estresse gerado em diversas situações que Lauro considerou abandonar os estudos.

Ao levar em consideração os pontos discutidos ao longo da dissertação, percebe-se como o ambiente escolar foi hostil e rejeitou os alunos transexuais. Sem esse acolhimento, os entrevistados viram-se obrigados a desenvolver estratégias de sobrevivência para permanecer lá.

Todavia, nenhuma criança ou adolescente deve passar por tantas adversidades para alcançar esses planejamentos e conseguir uma estabilidade na vida adulta. A relação entre falta de estudo e empregos mais precarizados é evidente para Toitio (2015), o que afeta grandemente pessoas trans.

Para travestis e transexuais, as ofertas de trabalho constantemente são negadas em razão de seu gênero, como relata Ayra Cristina Sousa Dias (2021). Independente de ser muito bem-preparada para a vaga, Dias relatou como foi preterida por ser travesti. O desprezo nem velado foi, ao se deparar com olhares em choque de se ver uma travesti sendo entrevistada para uma vaga de emprego naquela empresa. Ainda, foi informada

que algumas pessoas simplesmente não têm o perfil da empresa, mesmo que sejam muito bem qualificadas para aquela posição pleiteada.

Tal exclusão resulta em uma maior vulnerabilidade da população trans no mercado de trabalho, sendo renegados a empregos com menores salários e/ou informais, e também para a prostituição no caso das travestis. A falta de uma educação formal e emprego digno pode afetar diretamente a qualidade de vidas dos indivíduos. Ainda mais os que, como explica bell hooks (2019), habitam as margens e estão sujeitos a maior exploração e discriminação socialmente.

É inadmissível que crianças e adolescentes tenham que comprovar sua humanidade ou suprimi-la a fim de serem tratados como seres humanos dignos de respeito. Tantas pessoas trans e travestis são sujeitadas a esse tratamento de desprezo que várias delas atentam contra a própria vida.

De acordo com a Antra (2020), os casos de suicídio na população trans vêm aumentando pelo menos desde 2019. Essas mortes não são casos isolados ou exceções, mas o resultado de uma sociedade violeta e violentamente transfóbica. Assim como a expulsão do ambiente escolar, esses casos não são decisões isoladas de pessoas trans, e sim uma exclusão social de pessoas consideradas abjetas.

A resposta ao se encarar tal realidade pode muitas vezes ser de desesperança, de que é algo impossível de se combater ou de se pensar outras realidades possíveis. Como disse Ursula K. Le Guin (2014), o poder da sociedade capitalista parece ser inevitável, mas um dia também o foi o poder dos reis. E, para a autora, os seres humanos conseguem sobreviver a qualquer poder e mudá-lo.

É dessa forma que deve ser compreendida a sociedade ocidental capitalista: parece inevitável e sem mudanças, mas não é. A organização dos movimentos sociais fez com que a comunidade LGBT sobrevivesse à epidemia de Aids/HIV, com todo o tratamento assegurado gratuitamente pelo SUS através da lei nº 9.313 (1996). Foi também através da mobilização de travestis e transexuais que o acesso aos hormônios e algumas cirurgias, essenciais para muitas pessoas trans, estivesse ao alcance dessa população, com a Portaria de nº 2.803, (2013). Apesar de ainda ser difícil o acesso para muitas pessoas, por conta das filas, poucos locais que façam o acompanhamento e não estejam bem distribuídos nacionalmente (ROCON et al., 2019), é mais uma vitória que tem de ser defendida. Também o decreto nº 8.727 (2016) que garante o nome social, a Lei 14.382, que permite a mudança do nome na documentação sem humilhações com

juízes, são por conta da mobilização conjunta.

A ciência, como não é neutra, tem um impacto quando é comprometida socialmente em expandir visões de mundo e não reiterar discursos naturalizantes de sexo e gênero. É dessa forma que é preciso apontar os conflitos ideológicos criados pelo discurso da diferença (WITTIG, 1980), na linguagem.

Como observado, isso também implica na formação de professores, em como esses irão tratar as/os alunas/os em sala de aula, e como enxergarão as demandas de cada um/a. Silvio, em sua fala, reiterou que o importante é ter empatia pelas pessoas, que uma pessoa pode fazer a diferença:

"Você é um professor, você não é uma pessoa qualquer, que ah passou na rua, não gostou, não. Você forma uma pessoa pra vida, né? Se um professor não for capacitado pra isso, trazer isso pra dentro da sala de aula. . . porque é ele falando pra trinta, né? E trinta falando pra sessenta, e-e assim vai, né?"(Silvio)

O entrevistado também reforçou que não é apenas a/o professor/a, mas também todas as pessoas presentes no ambiente escola: direção, equipe pedagógica, secretaria de educação, etc. Esses também precisam olhar com mais atenção e carinho, pensa Silvio, para as pessoas trans. Esses apontamentos já apareciam na pesquisa realizada por Andrade (2012), na qual as estudantes travestis matriculadas nas escolas cearenses demonstraram o descaso com que eram tratadas.

Concordando com Connell (2014), o gênero colonizado gera imensos problemas na vida dos indivíduos, tanto cis quanto transexuais. Os padrões são inalcançáveis para quem tenta se conformar com a cisgeneridade, e, para quem rompe com essas amarras, a resposta é ainda mais violenta.

Entende-se que a escola na época em que os entrevistados estudavam não é a mesma de hoje, porém o mesmo sistema que pune todas as pessoas por não se encaixarem em expectativas arbitrárias de gênero continua. É por isso que se faz necessário continuar apontando tais violências contra pessoas trans, para que se entenda também que o problema é muito maior do que um/a aluna/o que é excluída/o do ambiente escolar.

Retomando as hipóteses levantadas ao longo da elaboração dessa dissertação, confirmou-se o cenário de exclusão social e expulsão do ambiente escolar enfrentado por pessoas trans, nesse caso, de homens trans. Os dados do Censo Trans (2019),

realizado pela Rede Nacional de Pessoas Trans, 64,3% das/os entrevistados afirmaram que foram expulsas/os de instituições educacionais. Desses, 33,9% não completou o ensino fundamental, sendo esse número quase o dobro da média nacional de 18,3%. Considerando que a população trans nacional total equivale a aproximadamente 4 milhões de pessoas, o que inclui pessoas fora da idade escolar, contra 3,6 milhões de estudantes matriculados apenas no ensino médio.

Não era o almejado, pois se esperava que pelo menos alguma das pessoas entrevistadas tivesse uma experiência mais agradável nessa época tão importante de formação de quem somos. Os dados são relevantes para se pensar em mais políticas públicas e de formação de professoras/es, pedagogas/os, diretoras/es e demais membros da equipe escolar.

## REFERÊNCIAS

- ALIMI, B. **If you say being gay is not African, you don't know your history.** The Guardian, 09 Set 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2015/sep/09/being-gay-african-history-homosexuality-christianity>. Acesso em: 10 de dezembro de 2022.
- ARAN, M.; MURTA, D. **Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde.** Physis, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 15-41, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312009000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000100003&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 02 de novembro de 2022.
- ANDRADE, L.N. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa.** Tese Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará. 2012.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Boletim Nº 002-2021.** Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/05/boletim-001-2021.pdf>. Acesso em: 28 de dezembro de 2021.
- BARNES, J. A., 1987. **Redes sociais e processo político.** In: Antropologia das Sociedades Contemporâneas - Métodos (B. Feldman-Bianco, org.), pp. 159-193, São Paulo: Ed. Global Universitária.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos.** Tradução de Sérgio Milliet. 4. Ed. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1970.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAETANO, C. **Performatividades reguladas: heteronormatividade, narrativas biográficas e educação.** 1ª edição, Curitiba: 2016.
- CARVALHO, M.; CARRARA, S. **Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil.** Sex., Salud Soc. (Rio J.), Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, ago. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S198464872013000200015&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198464872013000200015&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 04 de março de 2023.
- CASTEL, P. H. **Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do "fenômeno transexual (1910-1995).** Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 21, n. 41, p. 77-111, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882001000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 de março de 2023.
- CENTRO DE ESTUDOS EM CULTURA CONTEMPORÂNEA. **Mapeamento das Pessoas Trans no Município de São Paulo.** 2021.



CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CONNELL, R. **Margin becoming centre: for a world-centred rethinking of masculinities**. 2014. NORMA: International Journal for Masculinity Studies, 9:4, 217-231, DOI:10.1080/18902138.2014.934078.

DE LAURETIS, Teresa. **A tecnologia do gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rocco, Rio de Janeiro. 1994.

DUQUE, T. **A epistemologia da passabilidade: dez notas analíticas sobre experiências de (in)visibilidade trans**. Hist. R., Goiânia, v. 25, n. 3, p. 32–50, set./dez. 2020.

ESTEVES, B.O.; OLIVEIRA, B.X.M.; FERREIRA, K.G.; SOUSA, M.J.A., SALES, R.C.; PUJATTI, S.L.V. **Acolhimento da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, queers, intersexuais, assexuais e demais orientações (LGBTQIA+) no sistema único de saúde: Preconceito e sofrimento**. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v.4, n.5, p.22316-22330 sep./oct. 2021.

FAVERO, S. **Crianças trans**. Salvador: Editora Devires, 2020.

FERREIRA, B.O.; NASCIMENTO, E.F.; PEDROSA, J.I.S.; MONTE, L.M.I. **Vivências de travestis no acesso ao SUS**. Physis 27(04), Oct-Dec 2017.

FRANCO, N.; CICILLINI, G. A. **Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização**. Revista Estudos Feministas [online]. 2015, v. 23, n. 2 , pp. 325-346. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n2p325>>. Epub May-Aug 2015. ISSN 0104-026X. <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n2p325>. Acessado 01 de Outubro de 2022.

FREITAS, D. C. A. **Do nome social a retificação do nome civil de pessoas trans: estratégias de desenvolvimento humano para trabalho, educação e saúde**. 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/65471/R%20-%20D%20-%20DIONNE%20DO%20CARMO%20ARAUJO%20FREITAS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 de agosto de 2022

GOMES FILHO, T. A. **O processo de escolarização das travestis e das mulheres trans no Brasil**. 2020. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 10, Vol. 21, pp. 111-118. Outubro de 2020. ISSN: 2448- 0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/mulheres-trans>.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 4. ed. Trad. de C. N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, v. 1.

GRUPO GAY DA BAHIA. Relatório 2020: Assassinatos de LGBT no Brasil. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/2017/01/24/relatorio-de-2020/>. Acesso em: 23 de abril de 2023.

HARAWAY, D. **Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX.** In: TADEU, Tomaz. Antropologia do ciborgue: vestígios do pós-humano. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

hooks, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro.** Perspectiva, 1ª ed. 2019.

JÚNIOR, P. M. S; BRITO, L. T. **Masculinidades performativas no contexto escolar: entre regulações, tensões e subversões.** Dossiê Tensões e Distensões: corpos, corporalidades e subjetividades. V. 7 n. 1. 2018.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Tradução de Jess Oliveira. 1. Ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAVEZZO, F; FREITAS; G.M.; RODRIGUES, D.G.; BRAZ, M.M. **Caracterização da rede de apoio psicossocial dos pacientes soropositivos.** Arch. Health Sci. Abril-setembro 2019. p.94-98.

LACERDA, A. **Apoio social e a concepção do sujeito na sua integração entre corpo-mente: uma articulação de conceitos no campo da saúde pública.** Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. 2002.

LEMOS, K.S. **O corpo transmasculino como um campo de batalha: espaços de narrativas e construções tecno-semióticas.** Revista Estudos Transviades, v.1 n.1, julho 2020.

LOYOLA, M. A. **Sexualidade e medicina: a revolução do século XX.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 875-884, agosto de 2003.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos.** 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004

MEIRELES, V. H. B., FERRARINI. **Por que bichas pretas incomodam? Um estudo teórico-crítico sobre Masculinidades e Subjetividade Social na perspectiva Cultural-Histórica.** Revista Brasileira de estudos da homocultura. Vol. 05, N.16, Jan. Abr., 2022.

<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index>

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 2.803, de 19 novembro 2013** - Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS).

NASCIMENTO, L. **Transfeminismo.** Editora Jandaíra. São Paulo, 2021.

NUNES, C. A. **Desvendando a sexualidade.** 7. Ed. Campinas: Papirus, 2005.

OKITA, H. **Homossexualidade: da opressão à libertação.** São Paulo: Editora

OLIVEIRA, D.C.; POLIDORO, M. **Proteção social e violência contra LGBTI+ no Brasil: uma leitura a partir do Sistema Único de Saúde e do Sistema Único de Assistência Social.** p.181-205. IN: **População LGBT+:** demandas e necessidades para a produção do cuidado. EDUFBA, 1 de jan. de 2021.

OLIVEIRA, M. R. G. **Por que você não me abraça?** Reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. Revista Internacional de Direitos Humanos. 28 – v 15 n.28, p.167–179. 2018.

OLIVEIRA, M. R. G. **O diabo em forma de gente:** (r)existência de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação.1ª ed. Salvador: Editora Devires. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua Educação, 2022.

PISCITELLI, Adriana. **Reflexões em torno do gênero e feminismo.** In: COSTA, Claudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira (orgs.). Poéticas e políticas feministas. Editora Mulheres, Florianópolis. 2004.

PIZZINATO, A.; PAGNUSSAT, E.; CARGNELUTTI, E.S.; LOBO, N.S.; MOTTA, R.F. **Análise da rede de apoio e do apoio social na percepção de usuários e profissionais da proteção social básica.** Estudos de Psicologia, 23(2), abril-junho, 145-156. 2018.

PRECIADO, P.B. **Manifesto contrassexual:** práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. 2. Ed. Rio de Janeiro: N-1 Edições, 2014

PRECIADO, P.B. **Testo Junkie:** sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. Rio de Janeiro, N-1 Edições, 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Índice do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022.** Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2021-22ptpdf.pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

REDAÇÃO MARIE CLAIRE. **Mulher trans morre após ser abandonada inconsciente em clínica estética.** Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2021/02/mulher-trans-morre-apos-ser-abandonada-inconsciente-em-clinica-estetica.html>. 2021.

RIAL, C.; LAGO, M. C. de S.; GROSSI, M. P. **Relações sociais de sexo e relações de gênero: entrevista com Michèle Ferrand.** Revista de Estudos Feministas, v. 13, n. 3, p. 677-690, Dec. 2005. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300013>.

RIBEIRO, E.M. **Outro olhar para a pista\***: Pesquisa mapeia a realidade de violência e preconceito enfrentada por travestis e transexuais femininas que exercem trabalho sexual na RMBH. Universidade Federal de Minas Gerais. 2016

RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the political economy of sex. In: REITER, Rayna. Toward an anthropology of women. New York: Monthly Review Press, 1975.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SALVADOR, N.C.; OLIVEIRA, A.J.; FRANCO, N. **Fracasso, evasão e abandono escolar de pessoas trans: algumas reflexões necessárias**. Revista de Educação Pública, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil. Vol. 30, 2021.

SANTOS, D. B. C. **Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas**. 2010. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/25058/Dissertacao%20Dayana%20final%20UFPR%202010.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 17 de Agosto de 2021.

SANTOS, J. C. **Homossexualidade e religião: sentimentos e representações sociais**. Revista científica FAESA. Vitória, ES. V. 10, n.1, p.27-33. 2014

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Censo da População em Situação de Rua**. 2021

SILVA FILHO, R. B., ARAÚJO, R. M. de L. **Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências**. 2017. Educação Por Escrito, 8(1), 35-48. <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2017.1.24527>

SIMAKAWA, V. V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. 224fs. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015

TOITIO, R. **Sobre a hegemonia heterossexista**. Trabalho apresentado no VIII Colóquio Internacional Marx e Engels, Campinas, 2015.

UNBEHAUM, S.; CAVASIN, S.; GAVA, T. **Gênero e sexualidade nos currículos de pedagogia**. Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 23-26 agosto 2010.

VALLA, V. V., & Coimbra Júnior, C. E. (2005). **Classes populares, Apoio Social e emoção: propondo um debate sobre religião e saúde no Brasil**. In M. C. S. Minayo & C. E. Coimbra Júnior (Orgs.), Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina (pp. 77-89). Rio de Janeiro: Fiocruz.

WITTIG, M. O pensamento heterossexual. 1980 Disponível em:  
[https://we.riseup.net/assets/162603/Wittig,%20Monique%20O%20pensamento%20Hetero\\_pdf.pdf](https://we.riseup.net/assets/162603/Wittig,%20Monique%20O%20pensamento%20Hetero_pdf.pdf). Acesso em: 16 de abril de 2023.

**APÊNDICE A - Roteiro da entrevista**

- 1- Em qual momento você se entendeu e assumiu publicamente ser travesti ou transexual?
- 2- Conte-nos um pouco do seu percurso escolar, e como esse ambiente era receptivo ou não para você.
- 3- Dentro disso, quais desafios e estratégias você utiliza(ou) para permanecer na escola?